

**HELOISA APARECIDA DE SOUZA**

**OS DESAFIOS DO TRABALHO NA VIDA  
COTIDIANA DE MULHERES TRANSEXUAIS**

**PUC - CAMPINAS**

**2012**

**HELOISA APARECIDA DE SOUZA**

**OS DESAFIOS DO TRABALHO NA VIDA  
COTIDIANA DE MULHERES TRANSEXUAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Hespanhol  
Bernardo

**PUC - CAMPINAS**  
**2012**

Ficha Catalográfica  
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e  
Informação - SBI - PUC-Campinas

t155.33  
S729d

Souza, Heloisa Aparecida de.  
Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais /  
Heloisa Aparecida de Souza. – Campinas: PUC-Campinas, 2012.  
127p.

Orientadora: Márcia Hespanhol Bernardo.  
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Cam-  
pinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.  
Inclui bibliografia.

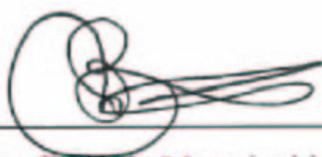
1. Sexo - Diferenças (Psicologia). 2. Transexualismo. 3. Psicologia  
social. 4. Preconceitos. I. Bernardo, Márcia Hespanhol. II. Pontifícia  
Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós-  
Graduação em Psicologia. II.Título.

22. ed. CDD – t155.33

**HELOISA APARECIDA DE SOUZA**

**OS DESAFIOS DO TRABALHO NA VIDA  
COTIDIANA DE MULHERES TRANSEXUAIS**

BANCA EXAMINADORA



---

Presidente Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marcia Hespanhol Bernardo



---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Silvana Cardoso Brandão



---

Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado

**PUC - CAMPINAS**

**2012**

## RESUMO

SOUZA, *Helôisa Aparecida*. *Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais*. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciência da Vida, Programa de Pós Graduação em Psicologia. Campinas, 2012.

Este estudo buscou compreender como se dá a inserção de mulheres transexuais no mercado de trabalho formal e informal, procurando identificar os principais desafios enfrentados e os impactos da atividade laboral sobre a vida cotidiana dessas pessoas. Utilizando o enfoque da Psicologia Social, buscou-se fugir da visão patologizante e preconceituosa que é predominante diante do tema 'transexualidade', enquanto o tema 'trabalho' foi abordado como um elemento fundamental na constituição do sujeito, porém repleto de contradições. Adotou-se como metodologia a proposição de "Campo-tema", que permite acessar o assunto nos mais diversos espaços que ele se manifeste. Para isso, inicialmente, foi realizada uma aproximação com o tema a partir da literatura científica, de obras de ficção e reportagens. Depois, buscou-se a relação direta com pessoas transexuais, a participação em grupos que discutem o assunto e contatos via internet. Desses contatos foram selecionadas treze, cujos relatos das vivências profissionais foram considerados significativos para uma análise mais aprofundada. Foi possível observar que a maioria das transexuais femininas, além das dificuldades de aceitação por parte dos familiares, costuma ser vítima de discriminações desde os primeiros anos da educação formal e que a exclusão no contexto escolar está intimamente relacionada às dificuldades para o ingresso no mercado de trabalho. Para a compreensão da experiência profissional optou-se por discutir a vivência cotidiana de transexuais em três contextos específicos de trabalho: teleatendimento, salões de beleza e prostituição. Além de terem sido bastante citados ao longo da pesquisa, considerou-se que são exemplares para a análise dos diferentes aspectos que envolvem as constantes negociações cotidianas que as transexuais precisam realizar com as normas sociais. Verificou-se que as transexuais não são vítimas passivas dos preconceitos. Para lidar com eles buscam em seu cotidiano uma constante aproximação com as normas que permitem maior inserção social, inclusive no campo do trabalho. No setor de teleatendimento, percebeu-se que as transexuais valorizam muito o vínculo empregatício formal e, para manter-se empregadas, estão dispostas a se submeter à precarização e às severas regras que envolvem a área. Encontram maior facilidade para trabalharem na área da beleza, identificando-se com a atividade e relatando maior satisfação e reconhecimento social. Já as profissionais do sexo encaram a ocupação como algo transitório e necessário para a sua sobrevivência, vivendo um cotidiano de vulnerabilidade e expondo o desejo de ter uma profissão mais valorizada socialmente. Finaliza-se com uma reflexão sobre o papel que a psicologia, enquanto ciência e profissão, vem desempenhando com relação ao tema estudado e sobre as possíveis contribuições que pode oferecer para conscientização social e o combate ao preconceito contra as pessoas transexuais.

**Palavras-chave:** transexualidade, trabalho, preconceito, vida cotidiana.

## ABSTRACT

SOUZA, Heloisa Aparecida. *The challenges of work in the daily life of transsexual women*. 127 f.. Dissertation (Masters in Psychology as Profession and Science) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciência da Vida, Programa de Pós Graduação em Psicologia. Campinas, 2012.

This study aimed at comprehending how transsexual women are being included in the formal and informal labor market, attempting to identify the main challenges and impacts of the labor activity on their daily lives. Based on the Social Psychology perspective, it was sought to avoid the pathologizing and prejudiced view which is predominant in the "transsexuality" theme, while the theme "work" was approached as a main element on the subject constitution, but full of contradictions. The "theme-field" methodology was adopted, as it allows approaching the topic in the different areas which it manifests. For that, initially, an approximation with the theme was made based on scientific literature, fiction and also reports. Then, it was sought a direct contact with transsexual people, the participation in groups which discuss the topic and the conversation via internet. Thirteen contacts whose professional experiences were considered more significant for a deeper analysis were selected. It was noticed that, besides the difficulties regarding the acceptance of their relatives, most part of the female transsexuals are usually victim of discrimination since the earlier years of formal education. Furthermore, the exclusion on the educational context is closely related to the difficulties in entering the labor market. In order to understand the transsexual's professional experience. Three specific work contexts were chosen for discussing: telemarketing, beauty parlor and prostitution. These contexts were cited several times along the research and were considered patterns for the analysis of the different aspects which involves everyday negotiations the transsexuals need to perform with the social norms. It was verified that the transsexuals are not passive victims of the prejudices. To deal with it, they seek on their daily life a constant approximation with norms that allow a greater social inclusion, including in the work field. At the teleservice sector, it was noticed that for the transsexuals, a formal employment have a great importance and to maintain that, they are willing to conform to the severe rules and precariousness of this area. In addition, they find more easiness to work in the beauty area, identifying themselves with the activity and reporting greater satisfaction and social recognition. On the other hand, the transsexuals that work with prostitution see this occupation as something transitional and necessary for their survival, living a daily life of vulnerability and exposing the desire of having a more socially valued profession. The study is concluded with a reflection about the role which the psychology, as a science and profession, has been performing in regards to the theme approached and also about the possible contributions it can offer for the social awareness and fight prejudice against transsexual people.

**Key words: transsexuality, work, prejudice, quotidian**

## **AGRADECIMENTOS**

Às mulheres que aceitaram participar dessa pesquisa, meu agradecimento muito especial pela acolhida, pela confiança e pela generosa partilha de suas vivências cotidianas;

À Prof<sup>a</sup> Marcia Hespanhol, pelo acolhimento, pela orientação amigável e dedicada e pelo exemplo de profissional e ser humano;

À Prof<sup>a</sup> Silvana Brandão pela presença e incentivo desde o início da minha graduação;

Ao Prof<sup>o</sup> Marco Aurélio Máximo Prado pela valiosíssima contribuição na qualificação dessa dissertação;

Aos colegas do grupo de pesquisa: Daniel, Fabiano, Fábio, Filipe, Paulo, Ramon, Rosana e Sandra pela convivência nesses anos. Especialmente à Johanna e à Carol que de colegas de grupo se tornaram parceiras amigas;

Ao meu querido pai (em memória) que foi quem primeiro me incentivou e ensinou a estudar, à minha mãe pela paciência e amor incondicionais;

Ao Thiago, meu companheiro e amigo, pelo amor, apoio, respeito e carinho constantes;

À minha irmã Elaine, ao cunhado Diogo, ao avô Vitor, à Sueli e a todos os tios, primos e amigos por revelarem o valor e alegria de estar em família;

À preciosa sobrinha Júlia e ao pequeno Kauã por encherem minha vida de encanto e ternura.

À CAPES, pelo financiamento para a realização da pesquisa.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1:</b>	
<b>A TRANSEXUALIDADE FEMININA NO CONTEXTO</b>	
<b>CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>19</b>
<i>1.1. Corpo, sexo, gênero e identidade: diferentes categorias de análise?....</i>	<i>19</i>
<i>1.2. A patologização da transexualidade. ....</i>	<i>25</i>
<i>1.3. A falta de conhecimento e respeito pela diversidade: os riscos das categorizações. ....</i>	<i>28</i>
<i>1.4. Identidade de gênero e processo de socialização; .....</i>	<i>34</i>
<i>1.5. O trabalho e suas contradições.....</i>	<i>37</i>
<i>1.6. Vida cotidiana e preconceitos: .....</i>	<i>44</i>
<b>CAPÍTULO 2:</b>	
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DE PESQUISA .....</b>	<b>50</b>
<i>2.1. Vivenciando o processo de pesquisa.....</i>	<i>52</i>
<i>2.2. A aproximação e o contato com os sujeitos da pesquisa.....</i>	<i>57</i>
<i>2.3. A análise dos fatos.....</i>	<i>61</i>
<b>CAPÍTULO 3:</b>	
<b>TRANSEXUALIDADE: TRABALHO E COTIDIANO .....</b>	<b>64</b>
<i>3.1. A vivência escolar .....</i>	<i>64</i>

<i>3.2. A mulher transexual no mercado de trabalho .....</i>	<i>76</i>
<i>3.2.1 O trabalho no teleatendimento.....</i>	<i>82</i>
<i>3.2.2. O trabalho no mercado da beleza.....</i>	<i>89</i>
<i>3.2.3 O trabalho como prostituta.....</i>	<i>97</i>
<i>3.3. Trabalho, preconceito e negociações cotidianas. ....</i>	<i>104</i>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>118</b>
<b>ANEXOS:</b>	
<i>Anexo 1.....</i>	<i>125</i>
<i>Anexo 2:.....</i>	<i>127</i>

## **APRESENTAÇÃO**

As tecnologias disponíveis na atualidade permitem identificar a anatomia genital de um bebê no útero materno cada vez mais cedo. Os familiares costumam aguardar ansiosamente o momento em que saberão se a criança que esperam é menina ou menino para, então, definirem seu nome, comprarem as roupas, brinquedos e outras peças do enxoval. A forma que a criança será tratada também depende em muitos aspectos dessa informação, que tende a definir o seu modo de ser e agir durante toda a sua existência, revelando o quanto a sociedade e a cultura agem sobre as compreensões dos conceitos de sexo, gênero e identidade existentes.

A maioria das pessoas se adapta ao estereótipo de gênero considerado natural para o seu sexo anatômico, desempenhando com certa tranquilidade o comportamento tido como masculino ou feminino que são estipulados pelas normas sociais vigentes. Porém, para algumas, essa adaptação parece impossível, pois possuem características, desejos e condutas muito diferentes de tais normas. Essas pessoas se sentem como se estivessem aprisionadas a um corpo que não reconhecem como seu. Quando experimentam essa sensação de não corresponder aos padrões de gênero definidos para o seu corpo, são consideradas transexuais.

A transexualidade é caracterizada, principalmente, pelo fato de os indivíduos se sentirem pertencentes ao sexo oposto da sua constituição anatômica, possuindo repulsa pela sua aparência física e a constante obstinação em obter as características corporais e comportamentais do outro

sexo (Chaves, 1994 e Ramsey, 1996). Em geral, sofrem grandes pressões sociais para corresponder às perspectivas definidas para o seu gênero e, frequentemente, vivenciam situações de exclusão em suas vidas, o que gera grande sofrimento psicológico.

Na vida adulta, além do gênero, outro importante elemento que interfere diretamente na forma que o indivíduo se identificará e se posicionará perante a sociedade é a sua ocupação profissional, visto que o trabalho tem uma fundamental dimensão na vida do ser humano. Marx (1844/1993) afirma que a atividade exercida pelo homem é responsável por torná-lo um ser social que constrói a si próprio ao modificar a natureza, diferenciando-se dos outros animais. Mesmo tratando-se de um elemento repleto de contradições, explorações e alienações pode-se dizer que o trabalho é muito mais do que uma forma de satisfação das necessidades básicas, representa também uma fonte de identificação e inserção social, que contribui em diversos aspectos para que o ser humano desenvolva suas potencialidades e encontre um sentido para a sua existência na sociedade.

A discussão da relação entre esses dois elementos que, em nossa sociedade são essenciais para a constituição do sujeito (identidade de gênero e trabalho) compõem o eixo central da presente pesquisa, que se propõe a responder as seguintes questões: Quais são os desafios encontrados pelas mulheres transexuais no mercado de trabalho? Há nichos de trabalhos que são mais facilmente acessados por essas mulheres? Quais são os possíveis impactos dos desafios da vida laboral sobre o cotidiano das transexuais?

Partindo do pressuposto de que a sociedade contemporânea é heteronormativa, com regimentos ancorados em normas e padrões heterossexuais que são concebidos de forma natural, ideal e compulsória a todos os membros, sendo incapaz de acolher devidamente outras formas de expressão de gênero e considerando como desvio de conduta qualquer outro tipo de manifestação da sexualidade (Berlant e Warner, 2002), é possível deduzir que a inserção no mercado de trabalho não é nada fácil para as transexuais.

Infelizmente, os diversos contextos sociais, tais como o familiar, o escolar e o profissional, ainda não se encontram preparados para agir com naturalidade perante a diversidade sexual e de gênero e são determinantes para o surgimento e a manutenção de exclusões, estigmas e preconceitos. Por isso, parece plausível afirmar que as características conservadoras e rígidas que permanecem na sociedade atual imprimem incontáveis dificuldades à trajetória de vida de homossexuais, travestis, transexuais, entre outras categorias que não obedecem à heteronormatividade.

Todavia, a sexualidade humana é complexa e repleta de nuances. Para compreendê-la minimamente, se faz necessário levar em consideração múltiplos fatores que vão muito além das questões biológicas, envolvendo elementos extremamente subjetivos que abrangem diversos aspectos psicológicos e sociais. Por esse motivo, não abordaremos neste trabalho as possíveis “causas” da transexualidade. Pela mesma razão, avaliamos que eleger um padrão de normalidade da sexualidade, considerando “transtorno” ou

“perversidade” tudo o que não se encaixa nesse modelo implica desrespeito à individualidade e ao direito da identidade, gerando exclusão e discriminação da diversidade.

É necessário também, aqui, ressaltar que a compreensão sobre a sexualidade varia conforme a época e a cultura. Partridge (2003), no livro “Uma História das Orgias” ilustra as inúmeras concepções que as diversas sociedades possuem acerca do sexo e as transformações dessas concepções ao longo dos séculos. A Grécia é o exemplo mais claro destas metamorfoses: na antiguidade, as relações homossexuais masculinas eram toleradas e até incentivadas, devido ao inferior papel social atribuído às mulheres. Porém, após o levante do império Romano e o surgimento do cristianismo, qualquer manifestação homossexual passou a ser condenada e relacionada ao pecado, deixando de ser vista com naturalidade.

Desta forma, durante séculos, todos os tipos de manifestação de gênero que fugissem dos padrões e todas as condutas sexuais que não visassem a procriação foram alvos de repúdios e desprezos e as suas práticas consideradas pervertidas e pecaminosas. Até hoje isso é comum, inclusive nas culturas em que, aparentemente, a religião teve o seu papel social enfraquecido e que o Estado é considerado laico.

Pode-se dizer, então, que o estabelecimento do modelo hegemônico da heterossexualidade sofreu grande influência da moral religiosa que, na maioria das religiões ocidentais, concebe as demandas relacionadas às manifestações sexuais apenas com o propósito de reprodução. Nesse sentido, Silva (2008)

aponta que “a religião em relação à sexualidade tem sido um instrumento ideológico e político-social, de forma que tem orientado os indivíduos para uma moral, na maioria das vezes, negando sua sexualidade”. (p.05)

Nesse sentido, devemos ressaltar a importância das reflexões de Michel Foucault (1977) ao abordar o “dispositivo da sexualidade” como a forma de controle das instituições, principalmente da Igreja e do Estado, sobre o corpo do indivíduo, estabelecendo e mantendo o poder por meio do saber. Os supostos conhecimentos transmitidos pelas instituições atuam de forma a distinguir a prática sexual “saudável” da “patológica” e indicam o padrão de normalidade a ser seguido pelos indivíduos.

Esse mesmo autor afirma que a ciência, no que se refere à sexualidade humana, seguiu os passos da religião, contribuindo com o controle do corpo e a conservação do poder ao considerar, durante muito tempo, as manifestações não heterossexuais e a não coerência entre anatomia e identidade de gênero como patologias e desvios. Com isso, podemos considerar que as ciências médicas e psicológicas colaboraram com a ideia de que aquilo que é diferente do padrão é um desvio da “normalidade”, contribuindo significativamente com a sustentação da discriminação e para a manutenção da preeminência heterossexual.

Essa postura da ciência fica evidente ao considerarmos que a homossexualidade deixou de ser considerada uma doença pelos principais manuais de diagnósticos da medicina apenas na década de 70 do século XX. Somente em 1999, o Conselho Federal de Psicologia publicou uma portaria

sancionando que a homossexualidade não deveria ser tratada como patologia e criticando as teorias e terapias que visavam à manutenção da heteronormatividade. Até então, era comum ao profissional de psicologia objetivar em sua atuação “a cura” das pessoas homossexuais. Entretanto, até hoje, a transexualidade e a travestilidade são consideradas patologias por essas ciências.

Sendo assim, não é de se estranhar que a exclusão e os preconceitos acompanham todas as formas de manifestação da sexualidade que fuja do modelo heterossexual e binário de gênero. No entanto, neste estudo, optamos por focalizar exclusivamente a transexualidade, por uma questão de recorte, que visa a um maior aprofundamento e, também, porque, em um levantamento bibliográfico inicial, observou-se que existem pouquíssimos estudos relativos a esse tema dentro da área da psicologia.

Por sua vez, dentro do universo da transexualidade, que é complexo e repleto de variações, escolhemos enfocar somente mulheres transexuais<sup>1</sup>. Compreendemos que, tanto nas vivências cotidianas do processo de transformação do corpo, quanto à colocação e aceitação social e profissional, há significativas diferenças entre a transexualidade masculina e feminina. Tais,

---

<sup>1</sup> No presente trabalho será utilizado o gênero gramatical feminino para designar o indivíduo cuja anatomia física é considerada masculina e reivindica o pertencimento ao gênero feminino. E o gênero gramatical masculino para as pessoas que, apesar de terem nascido em corpo tido como feminino, percebem-se como homens, de forma a respeitar a identificação dessas pessoas.

diferenças justificam a escolha de apenas uma dessas categorias para um estudo aprofundado, especialmente, considerando os limites de tempo impostos a uma pesquisa de mestrado.

O interesse pelo tema “trabalho” surgiu da aproximação ao grupo de pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Campinas denominado *“Trabalho no contexto atual: estudos críticos em Psicologia Social”* que me levou a prestar maior atenção nas grandes mazelas existentes nas relações de trabalho na contemporaneidade e, principalmente, instigou a buscar compreender os impactos dessas contradições sobre a subjetividade do trabalhador. Pude perceber, inclusive, com maior clareza em minha própria trajetória de vida as marcas que as colocações profissionais que havia ocupado por mais de uma década (vendedora e assistente financeira) tinham imprimido em minha saúde física e psíquica.

Apesar de nunca ter tido uma militância ativa em nenhum grupo que trabalha com questões relacionadas aos direitos das pessoas que compõem a diversidade sexual, o preconceito sempre me incomodou profundamente e a decisão de estudar o assunto “transexualidade” surgiu do fato de ter acompanhado relativamente de perto as dificuldades experimentadas por uma transexual.

Assim como a maioria das pessoas que vivencia essa condição, ela enfrentou e continua enfrentando enormes desafios no âmbito familiar, escolar, profissional e social para provar que, apesar do corpo considerado masculino

com que veio ao mundo, sempre se percebeu mulher e se sente no direito de expressar com naturalidade a sua feminilidade.

Desse modo, procurando romper com a rigidez que generaliza e rotula de forma preconceituosa tudo o que foge aos padrões machistas e heterossexuais predominantes, valorizando e analisando o “ordinário” e o “comum” da cotidianidade das mulheres transexuais, busco com esse estudo contribuir com a desmistificação da transexualidade feminina e tornar visíveis os sofrimentos experimentados por essas mulheres, especialmente aqueles relacionados ao trabalho.

Assim, **esta dissertação tem como objetivo principal a identificação e análise dos impactos da vida laboral sobre a vida cotidiana de mulheres transexuais.**

Acredito, ainda, que esse estudo possa servir de base para uma maior reflexão sobre as armadilhas do mercado de trabalho contra os grupos que compõem as minorias sociais, bem como motivar novas pesquisas e ações que visem a dar voz às (aos) transexuais, garantindo os seus direitos constitucionais de cidadãos e reduzindo os sofrimentos experimentados pela não aceitação social.

Considerando esses aspectos, esta dissertação está organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo, dividido em seis tópicos, é dedicado à apresentação de alguns temas e reflexões sobre a transexualidade feminina, gênero, identidade, trabalho e exclusão. Inicia-se com reflexões baseadas em Michel Foucault e Judith Butler sobre a concepção de corpo, gênero e

identidade como forma de reprodução dos modelos de normas e condutas dominantes, modelos esses que desvalorizam e excluem diversas formas de identificação. Em seguida, é apresentada a defesa de que a concepção da transexualidade deve fugir da visão patologizante que contribui com os estigmas.

O item três inclui uma breve explanação sobre as similaridades e diferenças existentes entre os conceitos de homossexualidade, travestilidade e transexualidade para, em seguida, realizarmos uma reflexão sobre a inserção social e a colocação profissional das transexuais.

Na sequência, é realizada uma apresentação sobre os conceitos de vida cotidiana e preconceitos, embasada, principalmente, nas teorias de Agnes Heller e Erving Goffman, que completam a base teórica para analisar a vivência cotidiana das transexuais.

No segundo capítulo da dissertação, é apresentado o método utilizado na pesquisa e as considerações sobre a análise das informações apurados no campo-tema de estudo.

O terceiro capítulo trata da apresentação e análise dos resultados da pesquisa, iniciando com uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas no ambiente escolar pelas transexuais e seus possíveis reflexos na vida profissional.

Depois, são abordadas algumas atividades profissionais desempenhadas pelas transexuais e apresentadas reflexões sobre as negociações e possíveis

formas de superação dos sofrimentos vivenciados por essas pessoas no mercado de trabalho.

## CAPÍTULO 1:

### A TRANSEXUALIDADE FEMININA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

#### 1.1. *Corpo, sexo, gênero e identidade: diferentes categorias de análise?*

“A Igreja diz: o corpo é uma culpa.

A Ciência diz: o corpo é uma máquina.

A publicidade diz: o corpo é um negócio.

“E o corpo diz: eu sou uma festa”

Eduardo Galeano

É comum que, antes da discussão de qualquer assunto relacionado à sexualidade humana, seja adotada uma diferenciação entre os conceitos de “corpo”, “sexo”, “gênero” e “identidade de gênero” como se tratasse de constructos totalmente distintos e independentes.

No meio científico tradicional, tornou-se frequente conceituar o sexo com base, exclusivamente, na condição biológica do indivíduo. Assim, acredita-se que a determinação do sexo se funda exclusivamente na anatomia e fisiologia corporal e acontece de forma totalmente natural. Dependendo da aparência do órgão sexual, o sujeito será “macho” ou “fêmea” da espécie humana (Scott, 1995).

Partindo dessa “base natural” foi construída a concepção de gênero e identidade de gênero. O termo gênero é utilizado para fazer referência às

construções sociais e culturais de feminilidade e masculinidade, utilizadas também para estabelecer as expectativas dos “papeis sociais” a serem desempenhados por homens e mulheres (Bourdieu, 1999).

Essa concepção teve sua origem com o movimento feminista na década de 60 do século XX e foi bastante utilizada para a compreensão das relações de dominação masculina, submissão feminina e para as reivindicações de direitos iguais entre os gêneros ao longo da história sem muita crítica sobre a origem do conceito, que também se encontra em bases naturais.

Sobre o conceito de sexo, Chaves (1994) faz questão de recordar que as anatomias genitais e sexuais são extremamente complexas, envolvendo diversos aspectos tais como cromossomos, hormônios, órgãos genitais internos e externos, gônadas, etc. Esse emaranhado de elementos permite diversas combinações e possibilidades, o que deveria tornar inviável a separação de todos os indivíduos em apenas duas categorias sexuais estáveis e universais.

Além disso, é de suma importância considerar que os conceitos de sexo, gênero e identidade de gênero se relacionam de uma forma muito linear e rígida entre si e com o meio social, sendo extremamente marcados por aquilo que Foucault (1979) denominou de “discurso científico legitimado”, ou simplesmente, “normas sociais”.

Importante ressaltar que as normas sociais atuam como dispositivos de poder na sociedade. Assim, os processos regulatórios que focam a sexualidade humana possuem como objetivo principal o adestramento e a disciplinarização

dos corpos dos indivíduos. Essas normas que atuam como dispositivo de poder que buscam a regulação e o controle da população por meio das condições físicas e biológicas dos sujeitos foram denominadas de “biopoder” pelo próprio Foucault (1976/2003). A partir dessa concepção, esse autor defende que as concepções de sexo e gênero foram “arquitetadas” socialmente com o objetivo de estipular uma hierarquia e, conseqüentemente, a detenção do poder de um indivíduo sobre outro e/ou de um grupo/classe social sobre outra.

A manutenção desse poder é garantida graças aos “Micropoderes” – termo designado para explicar o espraiamento e a descentralização do comando e do controle nos mais diversos pontos da sociedade. Assim, o Estado não é mais o único responsável por controlar, principalmente, por meio das punições, a conduta do indivíduo, podendo contar com diversos controles periféricos, espalhados por toda a rede social, que estão sempre produzindo novas articulações de poder, geralmente, de formas sutis, vigilantes e manipulatórias (Foucault, 1997).

Isso posto, podemos considerar que, em última instância, as concepções dos sexos, as construções dos gêneros e as manifestações das identidades de gênero consideradas socialmente aceitáveis são elementos derivados dos processos políticos e regulatórios presentes nos contextos histórico, cultural e social do indivíduo. Por esse motivo, nesse estudo, nos valeremos de tais conceitos com a devida cautela, procurando, assim, evitar compactuar com as visões biologicistas e deterministas.

Butler (2007), retomando as teorias foucaultianas, proporciona uma grande guinada na discussão sobre o corpo e a sexualidade, ao afirmar que o sexo, assim como o gênero, só existe após o discurso, ou seja, há um caráter performativo que, através da linguagem, busca regular e disciplinar os corpos. Segundo ela, o sexo “não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas” (p.154).

A partir dessa concepção, Butler (2007) compreende o “sexo” como um artifício temporal de repetições que materializa, por meio do discurso, a existência do corpo, tornando o ser humano viável. É como se a pessoa passasse a existir de fato somente após a descoberta de sua anatomia genital, quando deixa de ser considerado um feto e passa a ser “ele” ou “ela”. Vale resaltar que essa materialização e viabilização acontecem baseadas na normatização e no que ela denomina de “imperativo heterossexual”. Desse modo, para Butler, as concepções dos gêneros não são construídas sobre uma base natural pré-existente e, sim, sobre um ideal normativo que estabelece uma rígida e compulsória ordem entre sexo/gênero/desejo.

Assim, os polarizados binômios originados das compreensões de gênero e sexo passam a ser questionados. Para Butler, as concepções existentes para macho e fêmea e masculino e feminino nada mais são do que um efeito performático e regulatório. Essa realidade age de forma a excluir as oportunidades de configurações de diferentes expressões de identidades de

gênero que não sejam aquelas ancoradas nos princípios da heterossexualidade e contribui com a preservação e repetição das inflexíveis normas culturais:

A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de 'identidade' não possam 'existir' - isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não 'decorrem' nem do 'sexo' nem do 'gênero'. Nesse contexto, "decorrer" seria uma relação política de direito instituídos pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo certos tipos de 'identidade de gênero' parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformaram às normas da inteligibilidade cultural (Butler, 2003: p.39)

Essa citação reforça a teoria de Michel Foucault (1999), que afirma que a prática normativa e heterossexual, ao considerar a relação mulher-homem como natural e perfeita e ao exigir uma identidade de gênero que decorra do ideal do sexo anatômico exclui, com o auxílio dos saberes médicos e jurídicos, as manifestações das sexualidades dissidentes, visando, sobretudo, a manter a hegemonia da heterossexualidade.

Podemos, ainda, considerar que é fundada na rigidez dos processos regulatórios, com base, principalmente, na suposta naturalidade corporal que a sociedade espera que a identidade do indivíduo seja formada. Mesmo sendo

compreendida, na esfera subjetiva, como a percepção que o outro e o próprio indivíduo têm de sua condição, a identidade de gênero possui sua genealogia nas rígidas práticas institucionais, nos discursos e nas normas sociais. Em outras palavras, a identidade de gênero também pode ser considerada uma construção discursiva e regulatória, que nega o “diferente” ao mesmo tempo em que depende dele para constituir a normatização, pois é a partir do que é considerado diferente que são demarcados os limites e a coerência identitária (Louro, 2011).

Considerando essas afirmações, vê-se que o fenômeno da transexualidade feminina, ao não se conformar com a lógica heterossexual da norma, interroga e desafia as compreensões de corpo, sexo, gênero e identidade. A concepção do que é ser “homem” e do que é ser “mulher” deixa de ser vista de forma natural e pré-estabelecida e passa a ser encarada como discurso, copiado e reproduzido, revelando como a norma é frágil e necessita de mecanismos para ser mantida.

Ou seja, para manter a hegemonia heterossexual, é preciso, constantemente, demarcar e excluir, mesmo que violentamente, quem se apresenta de uma forma diferente. No caso, o mecanismo utilizado para que a transexualidade não ameace a heteronormatividade é considerá-la como uma falha da natureza, uma impossibilidade, uma anormalidade, enfim, uma patologia.

## *1.2. A patologização da transexualidade.*

Tendo em vista o contexto apresentado acima, verificamos que, nesse início de milênio, a transexualidade continua sendo um tema cercado por tabus e superficialmente conhecido. Em geral, quando o assunto é tratado nos meios de comunicações de massa, é apresentado de forma preconceituosa e repleta de estereótipos.

No meio científico, a concepção mais clássica e utilizada para definir a transexualidade é a que a compreende como uma desordem de personalidade. O Manual de Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais, em sua 4ª edição (DSM-IV, 1995), considera a transexualidade como um “Transtorno de Identidade de Gênero” e a Classificação Internacional de Doenças –(Cid -10, OMS 1993) como um “transtorno da identidade sexual”, abordando o assunto da seguinte forma:

Transexualismo: Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado. (CID 10: F-64)

Existem diversas críticas a esse entendimento patologizante da transexualidade<sup>2</sup> concebida como transtorno. O saber médico, aparentemente, possui um lugar de destaque e contraditório na vida das (dos) transexuais. Por um lado, historicamente, é a área que mais debateu o tema, tornando-se a responsável pela definição, classificação e intervenções que tornam viável o sonho e a necessidade de muitas (os) transexuais de redefinição do corpo, por meio da prescrição de tratamentos hormonais que alteram as características físicas e da realização da cirurgia de readequação das genitálias.

Mas, por outro lado, pode ter um papel muito negativo, ao emitir um diagnóstico que tende a considerar definitivamente como doente e/ou portador de transtorno a (o) transexual, contribuindo com a manutenção de rótulos e estigmas sociais que fazem com que a transexualidade seja vista como anomalia ou desordem mental, provocando inúmeras dificuldades em diversas áreas na vida da pessoa transexual.

Bento (2006) e Murta (2007), entre outros autores, postulam que a transexualidade pode ser considerada como a impossibilidade de adaptação ao que é esperado socialmente para um determinado sexo. Nessas circunstâncias, a pessoa não consegue corresponder às expectativas masculinas ou femininas que a sociedade lhe impõe desde o seu nascimento. Trata-se, portanto, de uma questão de possibilidade de identidade de gênero

---

<sup>2</sup> Assim como no caso do termo “homossexualismo” que deve ser substituído por “homossexualidade”, recomenda-se a utilização do termo “transexualidade”, ao invés de transexualismo, pois o sufixo “ismo” remete diretamente a condição patológica.

diferente, que poderia ser vivenciada naturalmente caso fosse aceita socialmente.

Consideramos que a patologia nesse caso, provavelmente, esteja na sociedade que se mostra incapaz de respeitar, acolher e dar oportunidades a todas as pessoas, que pressiona os indivíduos a se adaptarem a um comportamento padrão e exclui os que não se conformam a essas normas. Desse modo, as dificuldades do sujeito que não se identifica com o sexo anatômico, provavelmente, estão menos associadas à sua condição física e mental e mais às pressões e discriminações enfrentadas no dia-a-dia nos mais diversos contextos sociais.

No ano de 2010, a França se tornou o primeiro país a não considerar a transexualidade como um distúrbio mental, mantendo todos os direitos sociais conquistados pelas (os) transexuais. Decisão comemorada por militantes LGBTTT<sup>3</sup> de todo mundo, por considerá-la um importante passo na luta pelos direitos sexuais e por trazer a esperança de que o exemplo possa ser seguido por outros países (Le Figaro, 2010).

Isso ainda é uma realidade muito distante para a maior parte das (dos) transexuais do mundo inteiro, que experimenta grande sofrimento (Silveira 2006), por não poderem vivenciar sua sexualidade de forma plena e pelos preconceitos que sofrem cotidianamente.

---

3 LGBTTT, acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais utilizados mundialmente para identificar as diversas formas de manifestações da sexualidade.

No Brasil, as violentas manifestações homofóbicas que vêm sendo constantemente noticiadas nos jornais e as constantes piadas ouvidas em praticamente todos os círculos sociais indicam que aqueles cuja sexualidade não corresponda ao padrão dominante ainda estão longe de serem plenamente aceitos e respeitados pela sociedade.

Entretanto, os atos de violência física e as conversas jocosas não são as únicas manifestações de preconceito. Ele também está presente, de forma menos evidente, nos mais diversos espaços que configuram o cotidiano, entre eles o de trabalho, determinando o afastamento e a exclusão desses indivíduos.

Certamente um elemento categórico para o enraizamento social desses preconceitos é a visão normativa da sexualidade humana, que como vimos, exclui e torna patológico o que foge dos padrões vigentes e ameaça a hegemonia heterossexual.

### *1.3. A falta de conhecimento e respeito pela diversidade: os riscos das categorizações.*

O contato com o campo-tema da transexualidade revelou a necessidade de uma maior reflexão sobre a conceituação dos grupos que compõem a diversidade sexual. Isso foi motivado, primeiramente, pelo fato de que praticamente todas as transexuais que participaram desta pesquisa fizeram

questão de demarcar a diferenciação entre elas e as travestis. Também houve a percepção de que, nos mais diversos contextos sociais, é comum a confusão entre esses termos, inclusive com a falta de compreensão da distinção entre orientação sexual e identidade de gênero.

Essas confusões podem apontar para a falta de interesse da sociedade pelo diferente e, conseqüentemente, para o surgimento de posturas que generalizam e estigmatizam. Daí a importância de se adentrar nessa discussão. Por outro lado, também é importante fazê-lo com cuidado, pois, conforme apontado por Goffman (1982), todas as formas de categorização são arriscadas, uma vez que são elas a base dos rótulos e estereótipos.

Diante de uma longa história de recriminação e exclusão, homossexuais, travestis e transexuais, comumente, estão unidos na luta pelos direitos e pelo respeito às diferentes formas de expressões da sexualidade. Porém, os integrantes de cada um desses grupos costumam afirmar que possuem suas particularidades e não concordam em serem vistos sob o mesmo prisma.

Obviamente, existem inúmeras formas de vivência da sexualidade, muitas, inclusive, que se quer foram nomeadas, mas, para o objetivo desse trabalho, parece suficiente a distinção entre transexualidade e homossexualidade e transexualidade e travestilidade, ainda que as fronteiras entre elas nem sempre sejam tão delimitadas.

Hodja (1982) afirma que a (o) transexual não deve ser confundido com a (o) homossexual, principalmente pelo fato de o segundo não negar o seu sexo

anatômico e sua constituição física. Essa autora relembra que a homossexualidade se restringe ao âmbito das relações afetivas e sexuais, ou seja, o indivíduo apenas elege uma pessoa com uma constituição genital semelhante a sua como objeto erótico, não apresentando repúdio pelo seu próprio corpo, nem a pretensão de transformá-lo.

A transexualidade, por sua vez, está relacionada à identidade de gênero e não à orientação sexual. Dessa forma, assim como qualquer pessoa, o indivíduo transexual pode ser heterossexual, homossexual ou bissexual.

A confusão parece ser mais intensa entre os conceitos de travestilidade e transexualidade. A distinção mais clássica rege que as travestis apesar de se vestirem como mulher e manterem relações sexuais, predominantemente, com homens se diferem das transexuais pelo fato de não recusarem seus órgãos genitais. Pelo contrário, apreciam, valorizam e utilizam o seu pênis.

O assunto é polêmico, pois, algumas vezes, as diferenças entre as duas categorias não são percebidas e aceitas e, outras vezes, a sua discussão é encarada como desnecessária. Muitas mulheres transexuais fazem questão de assinalarem a distinção com as travestis, principalmente porque esse segundo grupo, historicamente, está, de maneira generalizada, associado à vulgaridade e à criminalidade. Algumas, entretanto, afirmam não estarem preocupadas com as nomeações e consideram que essa discussão apenas divide e afasta os interessados de lutarem juntos por seus direitos.

Diante da diversidade e individualidade, classificações como as de Ramsey (1996), que são muito comuns no meio acadêmico, parecem precárias

e muito arriscadas. Esse autor defende que há quatro pontos essenciais para a clara realização da diferenciação entre transexuais e travestis, pontos esses que questionamos abaixo:

1. Quando o transexual se veste como o outro sexo, isto inclui tudo, da cabeça aos pés. O travestismo fetichista envolve muitas vezes menos do que um travestimento completo – focando, por exemplo, roupa de baixo ou meias-calças (Hamsey, 1996, p.38.)

Com relação a esse aspecto, a pesquisa de Duque (2009) com adolescentes travestis aponta que o processo de “montagem” e “desmontagem” da imagem feminina são estratégias que visam, mesmo que de maneira provisória, driblar as imposições das normas e convenções sociais. Assim, em determinadas situações, elas optam por utilizarem vestimentas e acessórios masculinos e adotarem o comportamento esperado para esse gênero, sem que isso signifique que reneguem o padrão feminino de aparência e comportamento, nem que se satisfaçam em se montar esporadicamente ou parcialmente. Significa que essa postura se faz necessária para a obtenção do respeito e da aceitação social.

Da mesma forma, muitas transexuais com as quais tivemos contato durante a pesquisa afirmaram manipular a aparência de sua identidade de gênero durante um período de suas vidas a fim de acessarem contextos marcados pelos rígidos padrões sexuais e de gênero.

2. Geralmente, o transexual não se veste para obter gratificação sexual. A maioria deles experimenta uma libido muito baixa. (Hamsey, 1996, p.38.)

A convivência com as transexuais nos mostrou que essa afirmação não é exata. As mulheres transexuais com as quais tivemos contato, em geral, demonstraram muita satisfação em serem vistas e desejadas como pertencentes ao gênero feminino e a maioria delas afirmam possuir atividade sexual.

3. Travestis normalmente passam uma significativa parte das suas vidas vestidos de acordo com o seu gênero natal biológico. O transexual maduro não muda de papel, mas adota um que é permanente. Hamsey, 1996, p.39).

Conforme argumentado no item 1, essa afirmação também parece duvidosa, visto que, geralmente, é a disponibilidade para negociações com os contextos sociais que determina a condição para assumir a identidade de gênero do indivíduo.

4. Travesti gostam de se estimular sexualmente, ao passo que a maioria dos transexuais não toca ou sequer expressa a posse dos genitais de nascença ou de seus caracteres sexuais secundários. (Hamsey, 1996, p.39.)

Essa visão coloca as transexuais como seres praticamente assexuados e impõe um rigoroso padrão de “diagnóstico” para que a transexualidade possa ser considerada verdadeira. Bento (2006) considera que essas exigências fazem com que o indivíduo transexual necessite entrar em uma espécie de jogo de simulações e estratégias para conseguir provar que, de fato, são transexuais, principalmente quando necessitam de laudos comprovando a sua condição para realizarem o processo de resignificação de gênero pelo Sistema Único de Saúde brasileiro.

Uma das transexuais que ouvimos no decorrer desse estudo utilizou uma fala muito significativa para a compreensão de transexualidade aqui adotada. Essa compreensão consiste, sobretudo, em respeitar a forma que o indivíduo deseja ser identificado e, sobretudo, os seus desejos sobre o seu próprio corpo:

*Hoje, aos 45 anos, eu tenho certeza que o que me faz mulher é o que tenho entre as orelhas e não no meio das pernas. Durante anos eu quis me operar e ter um corpo que correspondesse à minha cabeça, mas hoje eu considero a cirurgia de mudança de sexo uma mutilação. Existe mulher com voz grossa, mulher que usa sapato 40, mulher que precisa fazer a barba e tirar o bigode. Por que*

*não pode ter mulher com pênis? Fiz as pazes com o meu corpo, sou feliz por isso. (Begônia)<sup>4</sup>*

Após essa reflexão consideramos que a busca por enquadramentos rígidos dos indivíduos que, frequentemente, acontece de forma arbitrária e ditada pelo saber científico, remete para uma espécie de limbo social aqueles que não se enquadram totalmente dentro das expectativas das categorias, dificultando ainda mais a condição de vida dessas pessoas.

Consideramos que bastaria reconhecer o gênero pelo qual a pessoa se identifica e respeitar a forma que ela se reconhece e se intitula perante a sociedade, garantindo a ela os mesmos direitos e deveres de todos os outros cidadãos.

#### *1.4. Identidade de gênero e processo de socialização;*

Segundo Badinter (1993), a construção social da identificação do sujeito com o sexo e o gênero tem início nos primeiros instantes da vida de uma criança. Dos pais, é esperado socialmente que tenham a responsabilidade de

---

<sup>4</sup> Todos os nomes apresentados nesta pesquisa são fictícios de modo a preservar a identidade das participantes.

orientar seus filhos, com base na anatomia de seu corpo, a assumirem características consideradas masculinas ou femininas.

Dessa forma, a criança que não se identifica com seu sexo anatômico costuma viver uma constante rotina de vigilância e punição em sua família. Vivencia, assim, desde a tenra infância o sentimento de ser pertencente ao sexo oposto, experimentando grande desconforto diante das brincadeiras a ela proposta, das roupas nela vestida e da forma que é tratada, não obtendo a mínima identificação com o que lhe é estabelecido e sentindo a contradição entre sua vivência subjetiva e a sua constituição física (Chaves, 1994 e Bento, 2006). Os pais, em geral, se sentem frustrados, culpados e chegam a se revoltar diante das características da (do) filha (o).

Não há dúvida de que as mudanças biológicas ocorridas na adolescência são significativas e marcantes para o sujeito. Os impactos hormonais modificam profundamente o corpo e as emoções nesse período. Porém, como destacado por Ozella e Aguiar (2008), é preciso renunciar à concepção naturalizante e cristalizada de adolescência e encarar que são as pressões sociais as maiores responsáveis pelas crises dessa etapa da vida. A sociedade espera que, entre outras coisas, os adolescentes tenham claro um posicionamento de identidade e sexualidade para que possa ocorrer o ingresso na vida adulta.

Como foi possível verificar no decorrer dessa pesquisa, geralmente, é na adolescência que as transexuais assumem posturas definitivas quanto à sua orientação afetivo-sexual e sua identidade de gênero. Aquelas que conseguem

se admitir transexual nessa fase, quase sempre percebem o aumento das manifestações de discriminações e preconceitos e, não raramente, se vêm obrigadas a se afastarem do convívio com os familiares.

Outra possibilidade, porém, não menos difícil, é de a pessoa passar pela adolescência negando e reprimindo sua identidade de gênero, buscando a conformidade com as normas ou mesmo procurando o isolamento, o que gera grande sofrimento psicológico, podendo levar a quadros graves de depressão e até mesmo ao suicídio.

Bento (2006) aborda as dificuldades vivenciadas pelas transexuais no contexto escolar, onde o diferente costuma não ser suportado. Essa autora afirma que o ambiente escolar costuma ser um lugar de verdadeiro horror para crianças e adolescentes que não se identificam com o seu sexo anatômico. Além de serem vítimas de constantes brincadeiras maldosas, a transexual não se sente à vontade nem mesmo para frequentar o banheiro destinado para o seu sexo biológico. Frequentemente acaba não encontrando apoio dos familiares e profissionais envolvidos com a educação e manifestam grande aversão pela escola.

Essas dificuldades com o ambiente escolar possivelmente geram sérias consequências para a aceitação social na vida adulta. Podemos afirmar que juntamente com os preconceitos presentes nos mais diversos contextos, a baixa escolaridade pode ser considerada responsável pelas dificuldades das transexuais em alcançarem melhores colocações profissionais. Ao abandonarem os estudos, ficam impedidas de terem uma capacitação

adequada para o mercado de trabalho, que cada vez exige mais qualificação e escolaridade.

Isso posto, fica evidente que os desafios para a colocação social das transexuais começa muito cedo e, em geral, dentro de casa. Sem contar com o devido apoio familiar, muitas transexuais costumam enfrentar sozinhas as discriminações na escola e nos diversos contextos. Isso nos permite supor que possa existir um círculo vicioso: o preconceito na infância prejudica sua formação e a não capacitação juntamente com a exclusão pelo preconceito, deixam-lhes poucas opções no mercado de trabalho. Sendo assim, na vida adulta, sofrem as consequências do duplo preconceito, primeiramente pela sua identidade gênero, que foge dos padrões e, em seguida, pelo lugar ocupado (ou não ocupado) no mercado de trabalho. Essa realidade exige das transexuais grande habilidade para as constantes negociações com os contextos sociais visando à conquista de espaço, aceitação e respeito.

Em seguida refletiremos um pouco sobre as características do mercado de trabalho atual e os impactos da ocupação profissional sobre a subjetividade dos indivíduos.

### *1.5. O trabalho e suas contradições*

Para facilitar a análise sobre a inserção das mulheres transexuais no mercado de trabalho, faz-se necessário, mesmo que rapidamente, reiterar a

dimensão central e também contraditória que o trabalho exerce na vida do ser humano na atualidade. Em nossa sociedade, ele ocupa um lugar de destaque, oferecendo elementos que determinarão o grau de independência e emancipação do sujeito. Não se trata apenas da atividade que garantirá a subsistência do indivíduo. Muito mais do que isso, o trabalho interfere diretamente na forma como a pessoa se reconhecerá e se posicionará perante a sociedade, além de influenciar diretamente na maneira como serão organizadas as demais esferas de sua existência.

Em sua essência, o trabalho é, na perspectiva de Marx (1844/1993), responsável pela transformação dialética da natureza e do homem. Nessa visão, o homem é considerado um ser voltado para o trabalho que encontra nele, além da fonte de sua sobrevivência, um dos mais importantes elementos de socialização e de sentido para a sua existência, favorecendo o pertencimento e a aceitação do indivíduo pela sociedade.

Além disso, perante uma cultura marcada pela supervalorização do consumo, o desemprego e a falta de perspectivas para a colocação no mercado de trabalho causam a privação de bens essenciais para o indivíduo que pode, inclusive, determinar a sua exclusão social.

Nesta mesma direção, Sawaia (2000) afirma que a pobreza não deve ser considerada como sinônimo de exclusão, porém, o prolongado afastamento do mercado de trabalho, juntamente com os preconceitos e os estereótipos que afetam alguns grupos, está intimamente articulado com os fatores que determinam a desqualificação, a desinserção, a desafiliação, a apartação da

sociedade, o desenraizamento e diversas outras perversas formas de exclusão social.

Entretanto, estar empregado não é sinônimo de tranquilidade e de plena inserção social. Da forma que o trabalho é arranjado e explorado na atualidade, frequentemente, ele se transforma em motivo de desvalorização, invisibilidade, sofrimento e adoecimento dos trabalhadores. Por esse motivo, faz-se necessário também uma breve reflexão das artimanhas existentes nessa realidade.

Durante praticamente toda a história da humanidade, há registros de exploração do trabalho (Braverman, 1974). Porém, o século XX inaugura uma forma de apropriação do trabalho pelo sistema capitalista, considerada muito eficiente pelos gestores por exigir um maior desempenho dos trabalhadores e, conseqüentemente, o aumento dos lucros das empresas. O surgimento dos modelos de produção denominados "taylorista" e "fordista" no início desse século definem uma nova configuração de organização do trabalho nas indústrias. Eles incluem aspectos que favorecem o aumento da produtividade como a rígida divisão do trabalho, a cisão entre a elaboração e a execução das atividades, a utilização de esteiras e linha de produção e o aumento do ritmo de trabalho e do controle sobre os trabalhadores.

Essa forma de organizar o trabalho se espalhou pelos diversos segmentos da cadeia produtiva e fez com que o trabalhador perdesse a visão global de sua atividade, focando apenas em um ponto da produção, diminuindo

o sentido do seu trabalho, tirando-lhe a liberdade para tomar decisões e submetendo-o a uma severa organização hierárquica.

Já na segunda metade deste mesmo século, surgiu o modelo japonês de administração do trabalho, também conhecido como toyotismo. Tendo em vista a incorporação de novas tecnologias e a globalização da economia, esse modelo busca flexibilizar a organização rígida da produção e do processo de trabalho. No novo contexto, não era mais suficiente que o trabalhador dedicasse apenas sua força física para a empresa, ele deveria também ser capaz de se adaptar facilmente a diferentes tarefas. Além disso, passou a interessar ao processo de trabalho que o trabalhador também utilizasse sua capacidade criativa e subjetiva. Conforme apontado por Bernardo (2009) passou a existir um abismo entre os discursos de melhoramento das condições de trabalho e as práticas vivenciadas pelos trabalhadores que continuam sendo de exploração.

Esses modelos – taylorismo-fordismo e toytismo – se mesclam e estão presentes nas mais diversas áreas de atividade na contemporaneidade, impondo uma condição de fragmentação, controle, precarização, exigências e competições aos trabalhadores e sendo também responsáveis pelo estabelecimento de uma rotina que gera desgastes físicos e psíquicos.

Não podemos esquecer também da divisão sexual do trabalho, que permanece muito desigual em nossa sociedade. O trabalho feminino, apesar das conquistas das mulheres no último século, é ainda na atualidade desvalorizado socialmente, estando frequentemente relacionado com a

docilidade, com a habilidade e com as destrezas manuais, que são consideradas características naturais das mulheres. Em geral, essas atividades não são respeitadas como qualificação profissional e são considerados inferiores ao dos homens (Hirata,1986).

São a partir dessas condições de trabalho predominantes na contemporaneidade que partirão nossas análises sobre a inserção das mulheres transexuais no universo profissional. Os desafios de tais características são comuns para todos os trabalhadores, porém, não podemos esquecer que, para as participantes de nossa pesquisa, somam-se à esses desafios as dificuldades geradas pelo não enquadramento às normas de gênero vigentes.

A falta de oportunidades e a rotina de exclusão no mercado de trabalho são elementos que tendem a gerar grande sofrimento psíquico. Segundo Coutinho e Soares (2007), a realidade encontrada no meio profissional, frequentemente, provoca no indivíduo profundas mudanças em toda a sua vida e na percepção de si mesmo, permitindo afirmar que há uma relação muito íntima entre os desafios do trabalho na modernidade e a formação de identidade do sujeito.

Seligmann-Silva (2011), pioneira nos estudos teóricos e práticos sobre a saúde mental relacionada ao trabalho no Brasil, aponta que a precariedade social e o trabalho dominado apresentam-se como prováveis geradores de um contínuo processo de desgaste mental, sofrimento e adoecimento dos trabalhadores. A autora afirma ainda que as experiências de sofrimento social –

que são aqueles sofrimentos provocados pelas injustiças, exclusões, conflitos, preconceitos, desigualdades sociais e desrespeito aos direitos humanos e à cidadania – afetam diretamente a identidade e as perspectivas de vida do indivíduo. Desse modo, consomem sua autoimagem e o conduzem ao adoecimento físico e mental, que, para Seligmann-Silva, são indissociáveis. Ou seja, não é possível sofrer psicologicamente sem que o corpo também padeça e vice-versa.

Se o trabalho afeta a subjetividade dos que estão colocados profissionalmente, o que acontece com aqueles que se encontram à parte do mercado e não vislumbram a possibilidade de inserção no mundo do trabalho? Em uma sociedade marcada pela competição e hipervalorização do status profissional, quais são as consequências para a saúde mental daquelas pessoas que estão excluídas ou conseguem, no máximo, alcançar subempregos que, muitas vezes, não lhes garantem as condições mínimas para viver dignamente?

Bernardo, Capoulade e Bull (2011) afirmam que o trabalho possui o papel de definir o lugar social do indivíduo. Dessa forma, as implicações causadas na subjetividade e na saúde mental das pessoas que estão apartadas do mercado de trabalho podem ser devastadoras. A não oportunidade de se desenvolver profissionalmente é capaz de retirar do indivíduo a possibilidade de exercer funções que dariam a ele colocação e aceitação social, bem como pode gerar grande sofrimento psíquico e adoecimento.

Aqueles que estão fora do mercado de trabalho são constantemente negligenciados, costumam ser rotulados como incompetentes, desinteressados e preguiçosos. Desse modo, independentemente das questões relacionadas à sua sexualidade, os desempregados também são alvo de preconceitos e de exclusão social.

Assim, como veremos mais adiante, a presença de transexuais mulheres no mercado de trabalho é marcada por inúmeros desafios e parece ser mais frequente nas áreas relacionadas à beleza e à moda e acontecendo predominantemente de maneira informal.

Importante ressaltar também que, como formas de agravamento do sofrimento social, existem ainda as questões relacionadas ao gênero, visto que é muito mais comum a existência de transexuais femininas (homem-mulher) do que masculinos (mulher-homem)<sup>5</sup>.

Dessa forma, a transexual passa a enfrentar as precariedades objetivas e subjetivas que marcam a presença das mulheres no mercado de trabalho (Fortino, 2010), talvez de forma ainda mais intensa, pois muitos podem encarar que essas pessoas escolheram voluntariamente a “inferior condição” de mulher e agir com mais indiferença e descaso às suas necessidades.

---

<sup>5</sup> No Brasil, apesar da transexualidade ser considerada uma patologia, não há estudos “epidemiológicos” que forneçam dados sobre o número de transexuais. No entanto, o Manual de Diagnóstico e Estatística – DSM IV (1995) estima que na população mundial exista aproximadamente 1 transexual feminino (pessoas com genitais masculinos e identidades femininas) para cada 30 mil habitantes e 1 transexual masculino para cada grupo de 100 mil habitantes.

Diante de tudo isso, fica claro que as discriminações e os preconceitos vivenciados nos mais diversos contextos, incluindo o de trabalho, podem impactar significativamente a vida cotidiana, provocando profundo sofrimento e influenciando a forma como as transexuais se identificam e se posicionam perante a sociedade.

Desse modo, o presente trabalho é motivado pelo entendimento de que os tabus e os preconceitos sociais relacionados ao gênero estão presentes no mercado de trabalho de maneira clara ou implicitamente. Por esse motivo, o cotidiano das mulheres transexuais merece ser estudado, possibilitando o entendimento e a denúncia das possíveis exclusões e dos desrespeitos cometidos contra esse grupo.

#### *1.6. Vida cotidiana e preconceitos:*

Se Judith Butler e Michel Foucault são importantes referências para a compreensão dos discursos sobre sexualidade, gênero e heteronormatividade no contexto contemporâneo, Agnes Heller e Irving Goffman nos auxiliam na análise do cotidiano das transexuais. Apesar das diferenças epistemológicas, consideramos que esses dois últimos autores oferecem ferramentas ricas para a reflexão sobre as manifestações do contexto político e social no dia-a-dia dos sujeitos, visto que as obras de Heller aqui utilizadas aproximam o materialismo histórico e dialético da individualidade e cotidianidade das pessoas, enquanto

Goffman é um importante representante da microsociologia, posturas essas consideradas essenciais para o entendimento dos impactos do contexto social sobre a singularidade do indivíduo.

A filósofa húngara Agnes Heller (2000) afirma que a vida cotidiana é o espaço da vida social humana em que os diversos elementos da individualidade e da particularidade do indivíduo são manifestados, sendo também o território das reproduções, contradições e incertezas da vivência em sociedade.

Paradoxalmente, o cotidiano representa possibilidades de criatividade e autenticidade ao indivíduo, ao mesmo tempo em que é marcado pelas repetições, representações e restrições. Ou seja, a vida cotidiana pode ser compreendida como um complexo e heterogêneo recinto em que atuam o particular e o genérico, o individual e o social, o único e o coletivo na existência de todo o ser humano.

Heller (2000) atribui ao trabalho um lugar de destaque na existência do ser humano, considerando-o como um dos importantes elementos que determinam a forma como os homens e as mulheres irão experimentar a sua vida cotidiana. A autora considera que a atividade de trabalho é responsável pela objetivação da existência humana.

Para ela, o trabalho, juntamente com a sociabilidade, a universalidade, a autoconsciência e a liberdade são partes integrantes da essência do ser humano. "...são partes orgânicas da vida cotidiana a **organização do trabalho**

e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada...”  
(Heller, 2000, p.18, grifo nosso)

Na psicologia social, o estudo da cotidianidade é considerado importante para a análise e compreensão de instituições, grupos e indivíduos, pois permite buscar na concretude da vida os elementos para o entendimento de um determinado fenômeno. Assim, a observação e o estudo do cotidiano de mulheres transexuais, que serão apresentados na análise dos dados deste trabalho, podem conduzir a melhor compreensão dos conflitos provocados pelos preconceitos e pelas discriminações sociais, especialmente aqueles encontrados no mercado de trabalho, sobre a vida dessas pessoas. Além disso, refletiremos sobre o cotidiano em sua dimensão genérica e social, como um espaço oportuno para o surgimento dos preconceitos e discriminações das minorias.

Heller (2000) considera que são os comportamentos e pensamentos manifestados na vida social cotidiana os grandes responsáveis pelo surgimento e pela manutenção dos preconceitos. Segundo ela, os preconceitos representam uma forma cômoda de segurança que garantem proteção contra conflitos provenientes de tudo o que for diferente a determinado arquétipo predominante e cristalizado na sociedade.

As ações e os pensamentos cotidianos se apresentam de forma econômica e ultrageneralizada. Segundo Heller (2000), os pensamentos e comportamentos cotidianos são econômicos na medida em que eles funcionam e são manifestados somente perante as necessidades para que a cotidianidade

possa continuar existindo. E são ultrageneralizados, pois, constantemente, estereótipos, analogias e esquemas previamente elaborados são acessados antes de uma ação, sem que haja o envolvimento de um pensamento analítico e crítico.

A economia de pensamento e as ultrageneralizações são essenciais para que a vida humana se desenvolva naturalmente, pois seria impossível uma análise completa de cada objeto que se apresenta ao sujeito antes de cada atuação na vida cotidiana. Contudo, graus elevados desses elementos geram preconceitos.

Patto (1993) resume de forma bastante objetiva e contundente o preconceito na teoria de Agnes Heller:

Mais que juízo provisório, o preconceito é um juízo falso, ou seja, um juízo que poderia ser corrigido com base na experiência, no pensamento, no conhecimento e na decisão, na moral individual, mas não o é porque confirma ações anteriores, é compatível com a conformidade e o pragmatismo da vida cotidiana e protege de conflitos. (p.126).

Podemos também pensar o surgimento dos preconceitos a partir das afirmações de Sawaia (2004). Para ela, a identidade do indivíduo "... é uma categoria política disciplinadora das relações entre pessoas, grupo, ou sociedade, usada para transformar o outro em estranho, igual, inimigo ou exótico." (p. 123). Dessa maneira, a identidade social do indivíduo tem um

papel decisivo no seu processo de inserção social, determinando a forma que o sujeito será incluído ou excluído da sociedade, agindo sutilmente na concessão de privilégios ou na negação de direitos, contribuindo com a formação dos preconceitos.

Nesse mesmo sentido, Goffman, (1982) introduz o conceito de estigma, concebendo-o como a impossibilidade do indivíduo obter a aceitação social, devido a um desvio de sua característica física, moral ou racial em relação ao que é tido como normal pela sociedade.

Para ele, os preconceitos e estigmas aparecem como uma reprodução das marcas de categorias e modelos socialmente estabelecidos que procuram catalogar as pessoas conforme os predicados considerados comuns e naturais, estabelecendo os grupos aos quais os indivíduos devem pertencer, agindo de forma a definir o lugar de pertencimento na sociedade.

A partir destas reflexões pode-se perceber que o que determina a inclusão ou exclusão social do indivíduo é a capacidade dele em se conformar às normas. Lembrando que de acordo com Foucault (1997) essas normas, assim como os padrões de comportamentos, costumam ser estabelecidos para que haja a detenção e a reprodução do poder na sociedade. O grau de conformidade com as normas permite prever a classe, a identidade, as relações com o meio social e a forma como os sujeitos serão percebidos e tratados pelos demais. Desta maneira, as pessoas que fogem da “normalidade” precisam ser consideradas indesejadas, ruins, inferiores, e/ou perigosas para que o poder possa ser sustentado.

Posto isso, pode-se afirmar que a gênese dos estigmas e preconceitos é social e historicamente constituída na cotidianidade, afetando de forma extremamente negativa a vida daqueles a que são dirigidos, no âmbito individual, social e profissional. Também atua de forma a manter no conforto da “normalidade” aqueles que se conformam aos padrões sociais e que se recusam a fazer um esforço para rever criticamente suas concepções.

No entanto, a vida cotidiana, apesar de ser responsável pelas cristalizações de ideias, pela formação de preconceitos, pela exclusão social e profissional, também representa o espaço para que as pessoas que são discriminadas e inferiorizadas socialmente tenham a possibilidade de buscar o rompimento e a superação das situações que geram sofrimentos. É somente na cotidianidade que a vida pode ser transformada e vivida com mais intensidade, satisfação e plenitude.

As transexuais, por desafiarem as normas de gênero vigentes e não se encaixarem nos padrões de comportamento que seguem a linearidade entre corpo, sexo, gênero e desejo, encontram incontáveis estigmas e preconceitos em sua existência. Porém, isso não as torna vítimas passivas da heteronormatividade e das diversas formas de exclusão. Pelo contrário, o posicionamento das transexuais que participaram desta pesquisa, parece indicar que os preconceitos e estigmas motivam-nas a buscar “*seu lugar ao sol*” de forma corajosa e criativa.

## **CAPÍTULO 2:**

### **CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO DE PESQUISA**

Considerando a hipótese de que as vivências relacionadas ao mundo do trabalho das mulheres transexuais têm um reflexo direto em sua vida cotidiana e um impacto subjetivo muito significativo, a compreensão e observação da cotidianidade e das constantes negociações com as normas sociais foram consideradas essenciais no percurso da presente pesquisa. Para isso, este estudo se valeu de metodologia qualitativa para a sua realização. A escolha desse tipo de método foi motivada pelo fato de ele proporcionar um maior acesso à significação social atribuída pelos sujeitos da pesquisa à realidade que os circunda e aos seus próprios atos cotidianos.

Conforme apontado por Denzin & Lingon (1998), a pesquisa qualitativa permite uma captura detalhada do ponto de vista individual sobre um determinado assunto e a possibilidade de um melhor enfrentamento das restrições impostas pelo cotidiano no mundo social, incorporando as dinâmicas transformações que ocorrem na sociedade às descobertas do estudo.

Ponderando, também, que o estudo do tema proposto e a possibilidade de uma análise da vida cotidiana e da subjetividade dificilmente poderiam ser realizados integral e satisfatoriamente em um exclusivo campo predeterminado de pesquisa, optou-se por adotar a concepção de “campo-tema”, conforme definida por Spink (2003).

Essa forma de realizar a pesquisa qualitativa na psicologia social se caracteriza principalmente pelo fato de não se eleger um único e específico espaço físico como foco de estudo. Busca-se acessar o tema nos mais variados contextos nos quais ele possa estar sendo manifestado, observando e analisando a sua espontânea presença na vida cotidiana.

Desse modo, há a busca por um contínuo diálogo e por ininterruptas arguições com as observações realizadas nas diferentes conjunturas, auxiliados pelas teorias estudadas. Esse procedimento gera uma maior possibilidade de estabelecimento de uma “rede complexa de sentidos” (Spink, 2003, p.28), que não respeita as limitações de fronteiras físicas e considera o lugar histórico e as produções culturais e sociais.

Ainda de acordo com Spink (2003), o campo-tema investigado deve ser concebido como um produto das relações sociais. Por isso, não pode ser percebido como uma realidade absoluta e independente do pesquisador. A pesquisa é concretizada por meio de um processo de constante debate e negociação entre o pesquisador e as diversas formas de manifestações do tema no cotidiano. Nas palavras do autor:

Campo é o campo do tema, o campo-tema; não é o lugar onde o tema pode ser visto – como se fosse um animal no zoológico – mas são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Não se trata de uma arena gentil onde cada um fala por vez; ao contrário, é um tumulto conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades (Spink, 2003, p.36).

Através dessa perspectiva, Spink se aproxima da concepção de Heller (2000) na compreensão da vida cotidiana como sendo um emaranhado de relações sociais com determinantes multifatoriais e dinâmicos. Assim, é possível inferir que, para se compreender o cotidiano, é necessária uma aproximação autêntica aos espaços em que ele se desenrola e uma visão que procure levar em consideração os incontáveis fatores responsáveis pela sua existência.

González Rey (1999) corrobora a importância da participação do pesquisador na construção e sistematização da pesquisa, defendendo o valor da interação subjetiva entre o investigador e o investigado, que, segundo ele, se apresenta como uma dimensão essencial no processo de produção de conhecimentos. Esse autor considera que a interação é um atributo constitutivo e natural do processo de estudo dos fenômenos humanos que deve ser cultivado e muito estimado durante todo o trajeto da pesquisa. Caso se tente minimizar ou ignorar esse atributo, corre-se o risco da investigação perder o seu *significado*.

### *2.1. Vivenciando o processo de pesquisa.*

A discussão e análise dos impactos na vida cotidiana do trabalho e não-trabalho das mulheres transexuais foram baseadas em elementos extraídos de

diversas fontes que compuseram o campo-tema da presente pesquisa. O estudo procurou sempre considerar as irregularidades, as individualidades, as imprevisibilidades, as imprecisões e as transformações do assunto em pauta e das integrações sociais, valorizando constantemente as relações entre pesquisador-pesquisado e os sentidos atribuídos por ambos aos temas em questão.

Diante do objetivo assumido, consideramos que não bastaria um minucioso levantamento bibliográfico, sendo necessário, além disso, buscar um autêntico envolvimento com os diversos contextos que manifestassem o assunto abordado, ou seja, a tentativa de uma verdadeira inserção no campo-tema da transexualidade e do trabalho.

Como a discussão do tema trabalho era mais familiar, percebemos que o passo inicial para a realização dessa pesquisa seria a busca por uma aproximação da pesquisadora às demandas práticas do dia-a-dia das transexuais. Isso exigiu um grande investimento e dedicação, visto que a transexualidade, como objeto de estudo, apresentou-se de forma nova e muito desafiadora.

O tema se mostrou bastante instigante e, por isso, a aproximação e o envolvimento aconteceram rapidamente e de forma relativamente natural. Deram-se, inicialmente, por meio de leituras de textos acadêmicos, biografias e romances sobre o assunto, discussão do tema com pessoas que estudam a sexualidade humana e pessoas que vivenciam sua própria sexualidade de forma que fuja dos padrões heterossexuais, constantes visitas a blogs e

páginas na internet e busca por inúmeros filmes, reportagens e documentários que tratassem a questão.

Assim, antes mesmo de iniciar oficialmente a coleta de dados foi possível realizar profundas e inquietantes reflexões sobre os problemas da vida cotidiana das pessoas transexuais, problemas em grande parte provocados pelas manifestações de discriminação presentes na sociedade.

Reassistir o filme “Transamérica” (2005), por exemplo, suscitou diversas indagações, tais como: é possível a uma transexual ter atração sexual por outra mulher e relacionar-se sexualmente com ela? Como os pais podem ser tão inflexíveis, rejeitando o filho por conta de sua identidade de gênero? Quais são os efeitos dos tratamentos hormonais? Como são realizadas as cirurgias de readequação das genitálias?

Essas dúvidas foram muito motivadoras no início da pesquisa. As leituras realizadas e os contatos com as pessoas transexuais foram extremamente esclarecedores ao sinalizar e convencer da não linearidade da sexualidade e da vida humana ajudando a responder as duas primeiras questões apresentadas acima. Ao mesmo tempo em que foi muito emocionante acompanhar na prática a determinação e os resultados dos tratamentos para que a aparência física expresse a identidade de gênero dos indivíduos.

Por sua vez, o drama “Meninos não choram” (1999) provocou estarrecimento por demonstrar a crueldade que a intolerância pode promover. Enquanto “Tomboy” (2011) causou comoção com a sutileza de uma criança descobrindo sua identidade de gênero. Mesmo sendo obras fictícias é certo

que esses filmes auxiliaram muito no contato com o tema, ajudando a compreender as raízes das dificuldades para a inserção profissional.

Além das obras de ficção, documentários, reportagens de jornais, revistas e programas de televisão nacionais e internacionais que tratavam do tema transexualidade contribuíram imensamente para uma melhor assimilação sobre o assunto e colaboram para uma maior compreensão da vivência cotidiana das transexuais.

Em um segundo momento, buscamos um contato direto com mulheres transexuais. Assim, a abordagem das mulheres transexuais foi realizada de diversas formas, a saber: por meio das redes sociais da pesquisadora previamente existente, pelas indicações de pessoas transexuais que foram realizadas por conhecidos, pelos contatos pessoais e online com militantes LGBTT, além da participação em reuniões de um grupo de pessoas transexuais, presença em confraternizações e eventos promovidos por mulheres transexuais, aproximação e conversas com mulheres transexuais em sites de relacionamentos na internet e por meio de trocas de e-mails,

As longas conversas pessoais acontecidas nos mais diversos ambientes: shopping, lanchonete, calçadas, casas dos sujeitos, dentro do carro, etc. O contato via email e programas de comunicação instantânea pela internet que chegavam adentrar a madrugada possibilitaram fortes vínculos e grande empatia, suscitando relações que colaboraram efetivamente muito além da pesquisa, parecendo gerar transformações em todas as direções.

A internet, por sua vez, oferece diversas fontes de informações, que apesar de não poderem ser consideradas totalmente fidedignas, devido à falta de possibilidade de confirmação dos dados, devem ser consideradas como uma expressão da cultura atual e se apresenta como importantes artefatos sociais (Hine 2000) que revelam muito da história de vida dos usuários e suas interatividades. Enquadram-se aí a leitura das narrativas dos blogs e dos perfis públicos em sites de relacionamentos que foram acessados e se apresentaram como importantes instrumentos de conhecimento da realidade das mulheres transexuais.

Desse modo, pode-se considerar que todas essas fontes de informação permitiram uma interessante integração e relação com a temática estudada e foram considerados como excelentes fontes para o conhecimento da realidade. No entanto, certamente foram os contatos diretos e individuais, fossem eles pessoalmente ou via internet, que mais possibilitaram o acesso aos mais relevantes dados para a presente pesquisa, cuja análise é enriquecida com os elementos encontrados nas demais fontes citadas acima.

Segundo Spink (2008), as conversas informais, que acontecem de formas espontâneas, são extremamente reveladoras e ricas para a obtenção de informações, pois explicitam de forma clara e natural a vivência cotidiana dos indivíduos. Por esse motivo, evitaram-se tons de formalidades e todos os contatos com as transexuais foram valorizados e encarados como importantes fontes para a aquisição de subsídios para a pesquisa.

Desse modo, por se tratar de uma intensa integração social que resultou em uma variedade muito grande de elementos passíveis de análise, optou-se pela seleção e priorização de relatos de algumas mulheres contatadas durante a trajetória de pesquisa, para facilitar a discussão, tendo em vista que foram elas que apresentaram as narrativas mais significativas de vivências relativas ao trabalho, totalizando treze mulheres. O critério utilizado para essa escolha foi a riqueza de detalhes sobre a história de vida e experiência cotidianas do trabalho apresentados por esses sujeitos, além da preocupação de se buscar pessoas provenientes das diversas classes sociais e de diferentes regiões do país.

## *2.2. A aproximação e o contato com os sujeitos da pesquisa.*

Os primeiros contatos diretos com as transexuais se deram com a abordagem de pessoas que se declaravam transexuais nas redes sociais da internet e com o início da participação da pesquisadora em um grupo de apoio às pessoas transexuais de uma cidade do interior do estado de São Paulo. As reuniões desse grupo acontecem mensalmente e são promovidas por duas psicólogas. Uma delas é ligada ao atendimento da população LGBTTT da prefeitura municipal e a outra tem vasta experiência no atendimento clínico de pessoas transexuais.

Esse grupo tem como objetivo principal dar suporte a homens e mulheres transexuais, seus familiares e companheiros (as). Nos encontros, há a discussão de assuntos relacionados à vivência cotidiana, troca de ideias sobre o processo de transexualização e os desafios jurídicos, bem como o apoio mútuo entre as (os) participantes diante dos sofrimentos gerados pelos preconceitos e discriminações da sociedade.

As reuniões contam com um número de participantes que varia de 20 a 30 pessoas, a maioria mulheres transexuais. Ocorrem de uma forma descontraída e pode-se observar um clima de amizade, respeito e união entre os presentes. As psicólogas que atuam como mediadoras não propõem temas, sendo o próprio grupo quem decide, no momento da reunião, o que será abordado. Especialmente os encontros que contam com a participação de familiares de algum membro são marcados por fortes momentos de emoções e lágrimas.

Houve uma boa receptividade do grupo à pesquisadora. Prova disso, foi que a primeira reunião que contou com nossa participação fora marcada por uma longa apresentação dos membros que se estendeu por cinco horas (todo o período do encontro) e pode-se notar que o tema da pesquisa gerou grande interesse, pois, na fala de todas (os) havia a priorização em narrar suas vivências profissionais.

A participação nessas reuniões perdurou por aproximadamente um ano, sendo um contato muito rico, que contribuiu substancialmente para a pesquisa. Porém, considerando que a maioria das participantes possui condições socioeconômicas muito semelhantes e são da mesma região geográfica, optou-

se por contatar pessoas que vivenciam outros contextos para completar o levantamento de informações.

Do grupo, foram selecionadas para uma discussão mais detalhada quatro mulheres, cuja narrativa foram consideradas relevantes para a presente pesquisa. Sendo uma analista de sistema de 34 anos, duas teleatendentes, uma de 21 e outra de 24 anos, e uma vendedora de 28 anos de idade. Porém, além delas, não podemos deixar de considerar que a interação e acolhida de todas (os) participantes desse grupo foram considerados essenciais para a compreensão da temática estudada.

Em relação aos demais contatos, três deles foram realizados por meio de indicações de pessoas conhecidas da pesquisadora. Trata-se de uma cuidadora de crianças do Sul do Estado de Minas Gerais, uma operadora de telemarketing do estado do Rio de Janeiro e uma cabeleireira da capital paulista. Também incluímos as narrativas de outra transexual de 35 anos, com a qual já existia um vínculo antes do início desse estudo, pois ela é proprietária do salão de beleza frequentado pela pesquisadora.

As demais foram localizadas através da internet, sendo uma por meio de um site de prostituição. Ela reside em Brasília e atua como prostituta há 5 anos. Outras quatro foram encontradas em sites de relacionamento: uma cabeleireira de Porto Alegre, uma cabeleireira de Natal, uma supervisora de Call Center de Ribeirão Preto, SP e uma mulher que não exerce atividade remunerada de uma cidade da região metropolitana de Campinas.

Com as mulheres contatadas via internet houve intensa troca de e-mail e conversas via programa de comunicação instantânea. Com duas, houve conversa por telefone, sendo que uma delas revelou que o perfil que mantinha na rede social era falso e o utilizava para participar de um fórum de discussão sobre a transexualidade. Após o contato explicando a pesquisa, ela revelou seu perfil verdadeiro e descobrimos, também, que ela mora em uma cidade vizinha à pesquisadora e, por isso, foi marcado um encontro num shopping da cidade.

O estabelecimento de contato com essas pessoas foi surpreendentemente fácil. Houve apenas a recusa de uma pessoa contatada pela internet e a maioria mostrou prontidão para colaborar com a pesquisa e ávida vontade em contar suas experiências e partilhar sua dificuldade e conquistas.

Em resumo, pode-se dizer que, no decorrer desse estudo, foi possível ter contato com inúmeras pessoas transexuais. Pessoas de diferentes regiões do país e das diversas classes sociais, que vivenciam em seu cotidiano um drama comum provocado pela angústia de não serem aceitas da maneira que são. Pessoas dispostas a compartilharem suas histórias e contribuir com a presente pesquisa, através de narrativas de vidas repletas de sentimentos, contradições e de esperanças.

De modo geral, as mulheres transexuais que tivemos contatos revelaram uma postura muito positiva perante a vida, agindo de forma contagiante e provocando profundas reflexões e mudanças na pesquisadora que era pouco familiarizada com o tema e que também carregava algumas ideias preconcebidas e estereotipadas da transexualidade. Pode-se perceber que as

participantes somente desejam ser vistas, respeitadas e terem acesso aos direitos básicos de todos os cidadãos. Entre esses o direito de poderem assumir a identidade de gênero, a vaidade e a feminilidade e poderem competir e assumir trabalhos nas mais diversas áreas.

Para facilitar a identificação das participantes dessa pesquisa, nos anexos, é apresentado um quadro com os principais dados das transexuais que apareceram com mais frequência na análise.

### *2.3. A análise dos fatos*

A análise das complexas redes que compõem a sociedade por meio de pesquisas qualitativas apresenta-se como um desafio a quem se propõe realizá-la. Esse desafio ocorre principalmente porque os métodos não quantitativos tendem a se distanciarem da visão lógico-matemática imposta pelo positivismo e, por décadas, predominantes nas ciências.

O método qualitativo despende maior valor à subjetividade e outros aspectos não mensuráveis, flexíveis e dinâmicos, lidando com uma gama enorme de significados, tais como: aspirações, motivos, crenças, atitudes e valores, sem, no entanto, em momento algum menosprezar o rigor científico (Minayo, 1994).

Utilizamos a expressão “análise dos fatos”, por concordarmos com Sato e Souza (2001) que a palavra “dado” remete-nos a algo que se “dá” ou que está

posto, assim como a expressão “informação” sugere que é alguma coisa a ser “coletada”. Enquanto

“os “fatos” são os acontecimentos significativos, que assim se transformaram em virtude de um trabalho de interpretação do pesquisador, e apenas por isso possibilitam a compreensão da realidade estudada. É a partir desses “fatos” que poderão ser criadas as matrizes de leitura analítica dos registros de campo para então se alcançar as sínteses.” (Sato e Souza, 2001, p.43 )

Desse modo, todos os fatos que foram vivenciados e extraídos do campo-tema no transcorrer da pesquisa foram minuciosamente registrados em diários de campo, da maneira mais fidedigna, contínua, refletida, crítica e organizada possível. Para Flick (2004), o diário de campo representa muito mais do que um instrumento para a transcrição e relato das informações, ele fornece a possibilidade única para uma profunda e fundamental reflexão sobre o processo de pesquisa. Essa reflexão pode ser considerada imprescindível para o estudo e a compreensão dos sentidos do trabalho para as transexuais.

Da mesma forma, muitos dos contados diretos mantidos com os participantes foram gravados e transcritos, apresentando-se como um material privilegiado para a análise. De tal modo, pode-se dizer que a análise executada neste estudo se aproxima da análise proposta pela etnografia, conforme descrita por Rockwell (1986), segundo a qual, o pesquisador “seleciona do contexto o que há de significativo em relação à elaboração teórica que está

realizando. Cria hipóteses. Realiza uma multiplicidade de análises, reinterpreta, formula novas hipóteses” (p.50).

Referindo-se à pesquisa etnográfica, Geertz (1978) também afirma que, na análise do material obtido em campo, ao contrário da maioria das ciências experimentais, não se buscam leis, mas significados. Spink (2003) apoia essa ideia ao conceber a análise dos fatos como um processo de produção de sentidos que acontece mediante a interpretação, a interação e o diálogo estabelecido com o campo-tema.

Desse modo, durante toda a pesquisa, ao mesmo tempo em que os fatos eram registrados em diários de campo ou por meio da transcrição de entrevistas, buscou-se analisar a realidade observada e a vivência descrita pelas transexuais, de modo a buscar uma melhor interpretação e compreensão dos significados da sua inserção no mercado de trabalho e seus impactos na vivência cotidiana.

Com esse tipo de análise, pretendeu-se chegar a “indicadores” da realidade, pois, seria demasiadamente pretensioso se o objetivo fosse o de encontrar verdades absolutas em um tema formado por incontáveis determinantes e cercados de tabus sociais.

## **CAPÍTULO 3:**

### **TRANSEXUALIDADE: TRABALHO E COTIDIANO**

A partir deste ponto da dissertação serão apresentadas as reflexões e análises empreendidas com relação ao campo-tema da transexualidade feminina e do mercado de trabalho.

Iniciamos com algumas observações das vivências no contexto escolar, consideramos que refletem diretamente nas oportunidades de inserção profissional. Em seguida, passamos para a exposição e análise de algumas realidades encontradas pelas transexuais no mercado de trabalho, seus desafios, seus impactos sobre a suas vidas e o sentido que elas atribuem a essas vivências cotidianas. Caminhando para a finalização, serão feitas algumas articulações das vivências profissionais das transexuais com as abordagens teóricas utilizadas nessa pesquisa, bem como uma breve reflexão sobre o papel da psicologia enquanto ciência e profissão no combate aos preconceitos e tabus que cercam a sexualidade humana.

#### *3.1. A vivência escolar*

Apesar de a relação entre escolaridade e a vida profissional das mulheres transexuais não ter sido o foco inicial do estudo, esse tema foi

reiterado de forma marcante nas falas das participantes e apareceu frequentemente associado à temática do trabalho, indicando que merecia uma atenção especial. Por esse motivo, breves ponderações sobre o contexto educacional na atual sociedade brasileira e a exposição de algumas vivências das mulheres transexuais no ambiente escolar foram consideradas importantes para o presente trabalho.

No decorrer da pesquisa houve diversas evidências de que o espaço escolar não é acolhedor às mulheres transexuais, apresentando-se como um ambiente hostil e praticamente inóspito para elas, agindo, muitas vezes, de forma a afugentá-las. Isso pode imprimir sérias consequências ao futuro social e profissional dessas mulheres, visto que a sociedade contemporânea possui a premissa de que, quanto maior for a escolaridade, maiores serão as possibilidades de se alcançar os melhores postos no mercado de trabalho e o reconhecimento da sociedade.

Infelizmente, a escola não é um espaço que prioriza a formação cívica e global do sujeito. Cada vez mais, a educação assume um papel prioritariamente instrumental, com a adoção de uma postura voltada quase que exclusivamente para a preparação e a formação profissional, visando atender às necessidades do mercado de trabalho (Segnini, 2000), contribuindo para reproduzir e fortalecer os preconceitos e exclusões existentes na sociedade.

Para tentar combater a realidade de discriminações e sofrimentos, programas do governo federal e de diversos Estados brasileiros têm trazido, nos últimos anos, em suas pautas, as questões da vivência escolar dos grupos

que compõe a diversidade sexual. O programa “Brasil Sem Homofobia” (Brasil, 2004), por exemplo, tem como objetivo combater a violência e promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis e transexuais, focando principalmente a igualdade no acesso à Educação, que é considerada um direito universal. Entretanto, as implementações de políticas públicas ocorrem de forma extremamente lentas e tímidas e as práticas que visam à igualdade de direito entre todos os cidadãos ainda têm a necessidade de serem mais amplamente divulgadas e respeitadas.

A temática da exclusão de homossexuais, transexuais e travestis no ambiente escolar também tem sido abordada por diversos autores no meio acadêmico, que sinalizam a urgência do debate e ações de combate da discriminação no ambiente escolar (Bento, 2011; Louro, 1997; Junqueira, 2009; Lionço e Diniz, 2009), entre outros.

O fato de o debate sobre o tema estar ganhando intensidade nos diversos meios sociais representa um avanço significativo, porém, há ainda um longo caminho a ser percorrido. As mudanças em relação à heteronormatividade, cristalizada há séculos na sociedade, representam um grande desafio, ocorrem vagarosamente e há muitas resistências para que elas não aconteçam.

O recente veto ao polêmico material contra a homofobia que iria ser distribuído às escolas públicas de todo o Brasil pelo governo federal no ano de 2011, é um exemplo de resistência social às transformações das normas de gênero dominantes. A suspensão da distribuição do material aconteceu após a

grande pressão de setores da sociedade, que, nas discussões sobre o assunto, notoriamente priorizaram aspectos de teores conservadores e morais. O principal argumento utilizado pelos grupos que se posicionaram contra foi o de que o material atuaria como uma “influência negativa” às crianças e adolescentes ao tratar com naturalidade as relações homossexuais e as formas de identidade de gênero que fogem aos padrões.

Esse veto aponta para a negligência da sociedade e do Estado a uma significativa parcela da população que sofre incontáveis preconceitos e violências em seu dia-a-dia. Diante da possibilidade de buscar ações que conscientizem e amenizem as discriminações e os sofrimentos, optou-se pelo silêncio e pela manutenção da homofobia, da transfobia e do moralismo sexual vigentes.

Apesar de não haver dados estatísticos oficiais sobre a evasão escolar dos grupos que compõe a diversidade sexual, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT afirma que o grupo que mais sofre discriminação na escola é o de transexuais e travestis, estimando que a evasão escolar seja de aproximadamente 73% dessa população.

Perante essa alarmante realidade, ao relacionar a escolaridade com o futuro profissional e outras vivências da vida adulta de transexuais femininas, pretendemos mostrar que os danos provocados pela discriminação de gênero no ambiente escolar tendem a se perpetuar, atingindo os mais diversos âmbitos da vida dessas pessoas, inclusive, a vida laboral. Buscamos, também,

colaborar com as ações e publicações que conclamam a igualdade de direitos na educação brasileira.

Foi muito comum encontrarmos mulheres transexuais que frequentaram a escola por cinco ou seis anos, enquanto eram obrigadas pelos pais e, assim que tiveram um pouco de autonomia, decidiram abdicar dos estudos por considerarem a escola um local de humilhação, desprezo e desrespeito à sua identidade de gênero, o que corrobora a afirmação de Bento (2011): “Escola: espaço de reprodução do HeteroTerrorismo” (p. 554) .

Muitas participantes narraram, inclusive, que a decisão de abandonar os estudos foi determinante para o rompimento definitivo da relação com os familiares. Ou seja, os preconceitos e discriminações vivenciados na escola, além de excluí-las do direito à educação formal, contribuíram para o afastamento do convívio e do abrigo familiar, empurrando-as, muitas vezes, para as ruas e diminuindo consideravelmente a possibilidade de colocação profissional.

Em contrapartida, entre as mulheres transexuais que possuem escolaridade maior, há o frequente relato da melhor aceitação da identidade de gênero, da presença afetiva e do suporte por parte dos familiares durante a infância e adolescência. Tal fato indica que a participação familiar pode ser decisiva para o melhor enfrentamento e a superação das dificuldades e discriminações encontradas no ambiente escolar.

Em diversas ocasiões, os problemas de colocação no mercado de trabalho foram relacionados pelas próprias transexuais ao fato de terem

abandonado os estudos. Ou, ainda, compararam os preconceitos e as discriminações vivenciadas no ambiente de trabalho aos experimentados na escola, mostrando que esses dois espaços estão estritamente relacionados para elas.

Violeta, por exemplo, tem 24 anos, estudou até a sétima série do ensino fundamental em uma escola pública. É uma mulher extrovertida e muito eloquente. Narrou sua história de vida em um tom alegre e delicado, porém não conseguiu ocultar a tristeza ao relatar as dificuldades enfrentadas desde os primeiros dias de aula:

*Para mim foi difícil desde o prézinho. A professora pedia para fazer a fila das meninas e dos meninos. Como eu só queria ficar na das meninas, ela falou para a minha mãe que eu não era normal e que ela devia me levar no médico de louco. Lembro que minha mãe chorou por isso. Fala para mim: que mãe quer ter um filho problemático?*  
(Violeta)

Essa declaração trás à tona as dificuldades relacionadas às atividades que dividem as crianças de acordo com o seu gênero e que são muito comuns no ensino básico, bem como o despreparo da professora em lidar com o caso, gerando angústia na mãe e culpa na filha.

Outro ponto que é citado como grande causador de constrangimentos e que está relacionado à falta de preparo e possíveis preconceitos dos

profissionais de educação é a resistência para a utilização do nome social. Apesar de haver resoluções na maioria dos Estados e em diversos municípios brasileiros que asseguram o direito da pessoa ser chamada por um nome que expresse a sua identidade de gênero (nome social), muitas instituições não respeitam isso e continuam utilizando o nome que consta no registro geral de identidade (nome civil), desrespeitando o desejo do indivíduo e ignorando sua caracterização física e identificação de gênero.

Os seguintes relatos são elucidativos, revelando o incomodo provocado pela obrigatoriedade da utilização do nome civil nos diversos contextos institucionais e também que as transexuais possuem o conhecimento dos seus direitos e estão dispostas a reivindicá-los para usarem o nome social:

*“Poxa, é tão difícil assim falar meu nome? Fazem isso para humilhar. Mas, queiram ou não é assim que eu me chamo!”;*

*“Na época da escola, não conseguia exigir que me chamassem pelo meu nome social, agora é bem diferente.”;*

*“É um direito meu, chega na escola que eu precisava ouvir aquele nome todos os dia, agora eu não deixo quieto.”*

*“Ando com o documento que fala sobre o direito de utilizar o nome social na bolsa e dou barraco quando não me respeitam”* (Falas de algumas participantes de uma reunião de transexuais).

Corroborando as diversas resoluções estaduais e municipais, o Ministério da Educação publicou, em 18 de novembro de 2011, a portaria nº 1.612, que diz em seu primeiro artigo: “Fica assegurado às pessoas transexuais e travestis o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do Ministério da Educação”.

Cada vez mais, o direito fica garantido no papel, porém, na prática, seja por ignorância, resistência ou desrespeito, muitas transexuais e travestis continuam sofrendo por serem chamadas por um nome que não reconhecem como seus.

Como já foi exposto na introdução deste trabalho, o uso do banheiro é outro momento constrangedor do cotidiano das transexuais no contexto escolar, conforme atesta Bromélia:

*Eu sempre fui muito tímida. Tinha uns 14 anos e já me vestia como mulher. Um dia, estava no banheiro feminino e uma menina chamou a diretora que me tirou de lá e me expôs para toda a escola. Foi muito humilhante. Acho que foi o pior momento da minha vida. Na verdade, não, acho que o pior momento da minha vida foi quando*

*eu me alistei e me apresentei no exercito. Mas, na escola, com certeza, esse foi o pior. Já passei por cada coisa nessa minha vida...*

Bromélia tem 20 anos e não concluiu o ensino médio. Há dois anos, mora com o companheiro e profissionalmente se identifica como dona de casa. O fato de ela ter estudado em uma conceituada escola particular pode indicar que a evasão escolar de transexuais não tem sua base apenas em questões econômicas e no grande fracasso do ensino público, que Patto (2007) aponta como uma alarmante realidade que assombra e excluem as camadas menos favorecidas da população.

No caso de Bromélia, fica evidente que os fatores determinantes para a sua evasão não estão relacionados com a precariedade estrutural da escola pública e, sim, aos tabus e preconceitos sexuais e de gênero instalados no seio da sociedade e cruelmente manifestados em praticamente todas as instituições:

*Estava cansada da escola, todo dia era uma humilhação, ou dos professores ou dos colegas. Sei que o estudo é importante para sermos alguém na vida, mas não dá para aguentar tudo isso e seguir como se nada tivesse acontecido... (Bromélia)*

Santos (2010), em seu trabalho “Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas” aborda elementos muito próximos dos que foram verificados na presente pesquisa. Mais precisamente, para a autora, as maiores dificuldades para uma (um) transexual na escola estão relacionadas ao uso do nome social, ao uso dos banheiros, às dificuldades nas aulas de Educação Física, à relação com professores e outros profissionais da escola e à relação com a própria instituição. Concordamos com ela que esses elementos vivenciados na escola são grandes fontes de tensões e acarreta sérias conseqüências à vida adulta.

Em uma das reuniões de transexuais que acompanhamos durante esse estudo, Dália, chamou a atenção ao narrar que tomou a decisão de adiar o início de seu processo de transexualização para cursar a faculdade de análise de sistema. Ela considera que, mesmo tendo certeza de sua identidade de mulher, vestir-se e comportar-se como homem foi o meio que garantiu a possibilidade de graduar-se e manter-se empregada. Agora, recém-formada, com uma considerável experiência profissional, iniciou o processo de transexualização e procura um novo emprego que aceite-a como a mulher qualificada profissionalmente que se considera.

Para alcançar o sonho de concluir a faculdade e ter melhores condições no mercado de trabalho, a trajetória de vida de Dália foi marcada por histórias de simulações e anulações, que, segundo ela, geraram grande sofrimento e, neste momento de sua vida, é responsável pela grande angústia perante o futuro. Porém, ela afirma que não se arrepende, tem a convicção de que sempre considerou sua formação como sendo muito importante e que, agora,

deseja lutar para ser feliz com sua identidade de gênero e colocação profissional.

Pelo que foi possível verificar, casos como esse são exceções. A maioria das transexuais, ao contrário, privilegia assumir a sua identidade de gênero, deixando a sua formação profissional de lado. Essa constatação demonstra que, em geral, devido aos preconceitos encontrados, torna-se praticamente impossível realizar o desafiador processo de transexualização e, simultaneamente, preparar-se para o concorrido e exigente mercado de trabalho.

Rosa, prestes a iniciar a faculdade de Serviço Social, afirmou no mesmo grupo que tomou a decisão de voltar a estudar recentemente, aos 28 anos, pois está operada, com o nome alterado nos documentos e se sentindo totalmente mulher. No entanto, enquanto o seu processo não estava concluído, assegura que sequer cogitou a possibilidade de retomar os estudos, pois sabia que o preconceito seria muito grande.

É necessário também sinalizar que a baixa escolaridade e a falta de preparo profissional tendem a agir de forma a sustentar um discurso, por parte de empresas e recrutadores, que justifica a não contratação das pessoas transexuais pela falta de qualificação profissional. Todavia, é provável que essa justificativa oculte a discriminação em relação às normas de gênero presentes no mercado de trabalho. Vale lembrar que há muitos psicólogos atuando na área de recursos humanos, sendo responsáveis pela seleção de pessoal e compactuando com essa possível visão preconceituosa.

Perante isso, consideramos que medidas e políticas públicas que foquem a inserção profissional das transexuais e a diminuição da transfobia no ambiente profissional parecem insuficientes para assegurar as transexuais o direito de competir com igualdade por uma vaga de trabalho. Além disso, faz-se necessário prestar a devida atenção ao que se passa com as crianças e adolescentes transexuais no ambiente escolar desde o início da sua socialização e institucionalização, elaborando e implantando com seriedade programas que visem à conscientização e a manutenção dessas pessoas nas escolas. Consideramos também necessário o investindo em acolhimento e formação para aquelas que já se desiludiram e se evadiram do ambiente escolar.

Voltar o olhar para as vivências das transexuais no ambiente escolar nos fez considerar que a rigidez do sistema educacional, que reflete as cristalizações presentes na sociedade, atua de forma muito negativa na vida cotidiana e na subjetividade das mulheres transexuais. A rotina de preconceitos, na maioria das vezes, força-as a abrir mão da educação formal e assumir um local de desvantagem ao tentar ingressar no exigente mercado de trabalho.

Contudo, reiteramos que as dificuldades apontadas no presente estudo não devem levar a uma visão fatalista da experiência escolar e profissional das transexuais, como se tivessem fadadas ao fracasso. Isso porque, como já exposto, a vida cotidiana, oferece infinitas possibilidades de criatividade e realizações ao indivíduo.

O que queremos ressaltar é a necessidade de se oferecer condições iguais a todos, evitando os sofrimentos para as pessoas que não se enquadram no modelo hegemônico de sexualidade. É absurdo pensar que, ainda nos dias de hoje, a fuga dos padrões estabelecidos para a identidade de gênero seja um grande empecilho para a continuidade da educação formal e, conseqüentemente, também para uma adequada e digna inserção no meio profissional e social.

No próximo item, serão expostas algumas reflexões sobre os desafios da colocação profissional das pessoas transexuais. Contudo, certamente, não é exagero afirmar que a gênese dessas dificuldades tende a estar diretamente relacionada com a hostilidade vivida no ambiente escolar.

### *3.2. A mulher transexual no mercado de trabalho*

Para as mulheres transexuais, a dificuldade para se conseguir uma vaga no mercado de trabalho formal, geralmente, já se inicia no momento em que tomam a decisão de buscar um emprego. Devemos salientar que a maioria das transexuais não possui documentos pessoais que condizem com sua identidade de gênero e que, como destacado por Prochno e Rocha (2011), o direito à troca de nome e de gênero nos documentos oficiais exige verdadeiras batalhas médicas e judiciais para a obtenção dos laudos e das autorizações que viabilizam o direito a essas alterações. Assim, com frequência, essa conquista só é alcançada após um longo período de espera, que exige muita

persistência por parte das transexuais. Diante das dificuldades e incertezas desse processo, na maioria das vezes, não é possível aguardar a mudança do nome para se iniciar as atividades laborais.

Soma-se a esse quadro a baixa escolaridade, conforme discutido anteriormente, e os preconceitos vigentes em nossa sociedade. Isso leva a grande maioria das transexuais a narrar que se sente constrangida e exposta todas as vezes que concorre a uma vaga de emprego. Em muitos casos, afirmam perceber claramente que a sua eliminação no processo seletivo foi motivada pela discriminação.

Jasmim, aos 22 anos com o ensino fundamental incompleto, vive na casa da irmã em troca de cuidar de seus filhos, sem nenhuma experiência no mercado de trabalho formal. Narrou-nos sua busca por emprego da seguinte forma:

*Saía muito para procurar emprego, praticamente todos os dias passava no xerox, enchia a pasta de currículos e saía entregando em tudo que era lugar, criava até bolhas nos pés. Como não tenho muito estudo colocava que queria vaga de auxiliar de serviços gerais. Algumas vezes, até me chamavam para fazer entrevista. Aí, eu via mulher biológica sem experiência igualzinha a mim, às vezes até com menos estudo, conseguir emprego e para mim nada. Aí caiu a ficha que as firmas não*

*contratam a gente e não adiantava ficar me humilhando. Eu teria que me virar para arrumar grana, cuidar das crianças é uma alternativa para sobreviver, sem contar que eu as adoro. (Jasmim)*

Esse fragmento da conversa mantida com Jasmim revela a sua desesperança e aparente resignação em relação ao mercado formal de trabalho. Ela desistiu de entregar seus currículos há dois anos e diz que não pretende mais voltar a fazer isso. Relata também o sentimento de humilhação que a acompanhou durante o tempo que buscou emprego:

*Teve uma vez que virei as costas e ouvi a menina que recebeu meu currículo falando pra outra: 'é homem vestido de mulher, coitado desses 'veados'. Quando a gente começa o processo para mudança de sexo, é uma coisa estranha, principalmente, quando não temos muito dinheiro para fazer tudo direitinho, as pessoas percebem e humilham a gente mesmo. (Jasmim)*

A dificuldade para se conseguir um emprego formal na iniciativa privada foi citada por grande parte das transexuais que foram ouvidas nessa pesquisa, sendo mais comum por parte daquelas que iniciaram o processo de

redesignificação física antes de adentrarem na vida profissional. Foi possível também verificar que aquelas que mais ascenderam profissionalmente iniciaram a sua transexualização após certa estabilidade financeira e profissional.

Entre aquelas que ainda na adolescência resolveram assumir a sua identidade de gênero, há casos como o de Violeta, que afirma que, perante a consciência de que haveria poucas oportunidades no mercado de trabalho, nunca buscaram uma colocação formal:

*Eu até queria trabalhar, como uma pessoa comum, mas nunca tive coragem de procurar um emprego. Acho que seria muito humilhante. E tem outra, estudei somente até a sétima série já pensou uma faxineira usando um salto 15? (risadas). Meu lema é 'se for para cair que seja do salto alto', não fico sem ele e sei que não me dariam emprego de forma alguma. Sempre vi apenas duas alternativas enquanto não faço a cirurgia e mudo de nome: ou vou batalhar na pista (prostituição) ou casar com homem rico. Como esse homem não apareceu ainda, continuo na pista. (Violeta)*

Não cabe aqui discutir se a prostituição foi uma escolha ou uma reação à falta de opção no mercado de trabalho formal. De todo modo, foi essa atividade remunerada que permitiu à Violeta a sua sobrevivência sem impedi-la da possibilidade de vivenciar de forma mais significativa a sua identidade de gênero.

Vale ressaltar que essa postura de Violeta pode ser considerada uma corajosa forma de enfrentamento das normas sociais, pois, na sociedade atual, a ocupação profissional é responsável por uma definição moral do indivíduo. E, nesse contexto, a prostituição é considerada uma atividade “anormal”, “marginal” e desvalorizada socialmente.

Talvez seja pela necessidade de se adequarem às normas sociais que relatos como esses sejam raros. As transexuais que se prostituem e foram ouvidas nessa pesquisa, em geral, fizeram questão de afirmar que foram “empurradas” para esse contexto devido à falta de oportunidades em outros, buscando, assim, justificar a sua atividade. Mais adiante a questão da prostituição será abordada mais detalhadamente.

O fato é que grande parte das transexuais narra que, durante a sua trajetória de vida, buscaram colocação no mercado de trabalho formal ou informal. A maioria conseguiu, em algum momento, respostas positivas e iniciou suas atividades profissionais, mesmo que em postos de trabalho considerados precários e após uma verdadeira saga, enfrentando diversos desafios e preconceitos.

Por outro lado, aquelas que iniciaram suas atividades profissionais no setor público narraram menos dificuldade no processo de seleção, visto que a contratação é realizada por concursos públicos, que utiliza como critério de seleção o resultado das provas de conhecimentos gerais e específicos. Porém, se o concurso público é uma via para essa população conseguir um emprego formal, devemos lembrar que, para a participação nesse processo há a necessidade de maior escolarização, o que não é o caso da maioria das transexuais.

Diante da realidade da baixa escolaridade e das elevadas manifestações de discriminação, as colocações profissionais das transexuais se dão prioritariamente no mercado informal ou em postos de trabalhos formais precarizados.

Mas vale ressaltar que não existe uma regra. Encontramos relatos de experiências profissionais em diversos campos de atuação, tais como: promotora de eventos, vendedora, analista de sistema, caixa de supermercado, educadora, atendente, depiladora, funcionária pública, cabeleireira, dançarina, empacotadora, tatuadora, garçoneiro, operária da indústria, enfermeira, manicure, digitadora, fotógrafa, , cuidadora de crianças e idosos entre outras profissões.

Diante dessa amplitude de modalidades de inserção no mercado de trabalho e visando a uma análise mais detalhada, optamos por selecionar algumas profissões que se apresentaram com maior frequência em nossa

pesquisa e que podem ser consideradas emblemáticas com relação à vivência das transexuais no cenário profissional.

Desse modo, discutiremos inicialmente o trabalho das teleoperadoras, que representa uma atividade formal em um setor que costuma estar mais aberto às transexuais, mas que, em geral, se caracteriza por empregos precários em empresas prestadoras de serviços terceirizados. Em uma situação bastante diferente, encontram-se as profissionais da beleza, que, mesmo frequentemente, não tendo nenhuma formalização do seu vínculo de trabalho, narram encontrar satisfação na atividade. Finalmente, realizaremos uma breve reflexão sobre as vivências das profissionais do sexo, visto que a prostituição é uma alternativa para grande parte das transexuais e ainda representa um grande tabu em nossa sociedade.

### *3.2.1 O trabalho no teleatendimento.*

Foi possível verificar que diversas transexuais são contratadas pelas empresas de teleatendimento para trabalhar como operadoras de Telemarketing. Geralmente, a contratação é realizada por empresas terceirizadas que prestam serviços de atendimento a clientes de grandes empresas privadas.

Essa área de trabalho é marcada por diversos elementos que nos remetem ao rígido controle do trabalho existente no modelo taylorista,

predominante nas indústrias do início do século XX. Mas, deve-se ressaltar que também incorpora a flexibilização do trabalho e a utilização de tecnologias de ponta para o aperfeiçoamento dos resultados e a máxima exigência de produção dos (das) trabalhadores (as).

Venco (2006), em seu estudo sobre esse segmento da economia, aponta para a característica flexível desse tipo de emprego, que constantemente gera a precarização das condições de trabalho, oferecendo baixos salários, pouquíssimos benefícios trabalhistas, rotinas e controles excessivos, isolamento e praticamente nenhuma possibilidade de criatividade ao trabalhador (a), que é obrigado (a) a seguir, rigorosamente, um script nos atendimentos.

Além disso, essa mesma autora afirma que essa área, tradicionalmente, é conhecida por admitir as pessoas que não se enquadram no padrão de beleza física valorizado socialmente. Ao contrário do teleatendimento, os segmentos em que há contato pessoal do trabalhador com o cliente exigem funcionários que estejam dentro dos rígidos padrões de beleza. Constantemente, negros, obesos, transexuais entre outros, são considerados “fora de perfil” pelos empregadores para as vagas em comércios, bancos e outras áreas e acabam encontrando maiores oportunidade nos trabalhos em que o contato é feito a distância.

Nogueira (2006) contribui ao afirmar que a ocupação de teleoperador é exercida prioritariamente por mulheres<sup>6</sup>, geralmente representando o seu primeiro emprego, não exigindo alta escolaridade e muito menos experiência anterior. Há uma grande rotatividade das trabalhadoras ocasionada principalmente pelas condições peculiares de trabalho. Entre essas condições, a autora destaca: o controle do tempo de atendimento, que geralmente não pode ultrapassar trinta segundos; as operadoras trabalham, em geral, seis horas sentadas com pequenos e cronometrados intervalos; há um rígido controle das atividades executadas e o ritmo de trabalho precisa ser intenso, não permitindo a possibilidade de se manter relações interpessoais; diversas empresas além de padronizarem o conteúdo da fala padronizam, inclusive, a entonação da voz.

Diante dessas características consideradas negativas, as funcionárias costumam encarar esse emprego apenas como a porta de entrada no mercado de trabalho ou como uma forma provisória de se conseguir renda. Por esse motivo, estão constantemente em busca de uma melhor colocação e não hesitam em deixar o emprego quando estão muito cansadas ou muito insatisfeitas, pois têm a perspectiva de conseguirem outro melhor ou, pelo menos, igual.

---

<sup>6</sup> Por isso e pelo fato de focarmos as mulheres transexuais em nossa pesquisa, a partir desse momento nos referiremos a essa categoria profissional apenas com gênero gramatical feminino.

No caso das mulheres transexuais, os relatos coletados nesta pesquisa indicam que, devido às dificuldades para se buscar um emprego, conforme anteriormente exposto, elas tendem a permanecer por mais tempo como operadoras de teleatendimento e a se submeterem mais passivamente às exigências da empresa.

Praticamente todas as mulheres transexuais que trabalham nessa área e foram ouvidas durante a pesquisa, disseram encarar a ocupação como a única possibilidade de trabalho para aquele momento de suas vidas. Elas alimentam o desejo de voltar a estudar, mas somente após conseguirem a alteração do nome. Observamos, ainda, que elas vivem um dilema cotidiano, pois, afirmam que se sentem incomodadas com as rotinas de vigilância dos supervisores e com as exigências dos clientes, paradoxalmente, também demonstram nutrir uma espécie de gratidão à empresa por as terem contratado:

*É um trabalho chato, a gente leva muito xingo dos clientes, não tem tempo nem para ir ao banheiro e a supervisora está sempre ouvindo se a gente fala alguma besteira e o tempo que a gente gasta na ligação. Dão advertência por tudo. Mas é melhor do que estar desempregada, né? Por isso não falta nem com atestado. Não posso perder esse emprego. Acho que com um emprego, mesmo que ganhando pouco, eu posso viver como uma mulher normal. (Iris)*

*Trabalho lá já faz quatro anos, to cansada, mas tenho que aguentar, porque não sei se outra empresa vai me dar emprego. (Gardênia)*

Esses fragmentos de fala revelam claramente a preocupação de algumas transexuais em manterem-se posicionadas dentro dos padrões sociais. O fato de estarem dentro da norma que inclui e valoriza as pessoas que trabalham pode justificar o enfrentamento dos diversos percalços no ambiente profissional.

Sobre as precárias condições de trabalho e a interferência destas na vida pessoal e cotidiana das trabalhadoras, Gardênia faz a seguinte afirmação que revela o quanto o trabalho é impactante sobre todas as demais atividades de sua vida:

*Chego em casa tão cansada que não tenho vontade de fazer nada. Antes, gostava de festas e baladas, agora quero ficar quietinha na minha. Vira e mexe, estou tendo pesadelo com a minha supervisora. Às vezes, acho que estou ficando louca, pois sinto uma coisa ruim quando toca o telefone de casa e direto atendo o meu celular como se estivesse na empresa.*

Heller (2000), ao discutir sobre “papéis sociais”, afirma que esses são inseridos no cotidiano do ser humano por meio de imitações e repetições de condutas e ações que geram a estereotipação dos indivíduos e a manutenção das normas sociais. Segundo ela os “papéis sociais”, inclusive a atividade profissional, podem tornar as pessoas limitadas e fragmentadas, porém, a autora frisa que nenhuma atividade humana, por mais alienante que pareça, pode tirar a capacidade de criatividade e superação do indivíduo.

Portanto, quando relatos como os de Gardêneas são apresentados inspira atenção e cuidados, pois demonstra que a atividade laboral paralisou a sua vida pessoal e social, gerando grandes sofrimentos e podendo evoluir até para o adoecimento da trabalhadora.

Outro ponto considerado como grande gerador de desconforto e sofrimento pelas transexuais é o fato de serem obrigadas pelas empresas a utilizarem o nome civil durante os atendimentos aos clientes. Um nome masculino com o qual não estabelecem a mínima identificação, que não corresponde à forma que elas, espontaneamente, se referem a si mesmas, pois estão habituadas a utilizarem o gênero gramatical feminino e não condiz nem mesmo com a voz que, muitas vezes, já se encontram com características totalmente femininas.

A autorização, por parte das empresas, para a utilização do nome social no ambiente de trabalho é realizada de forma individual e extremamente burocrática. Segundo as trabalhadoras, para alcançá-la é necessária muita exposição, persistência e paciência.

Como já foi exposto anteriormente, a obrigatoriedade de utilizar nome civil representa um grande problema para elas. Frequentemente relatam detalhes de sua vida social, afetiva e sexual, porém raramente elas pronunciam o nome de registro, referindo-se a ele como “aquele nome lá” ou afirmando que alguém a chamou “daquela forma que odeia”. Isso nos dá pistas para a dimensão do incomodo e sofrimento que experimentam ao serem obrigadas a utilizar o nome civil profissionalmente.

*Eu falei com minha supervisora que não queria usar aquele nome no primeiro dia de trabalho e até hoje nada. Acho que, quando me deixarem usar meu nome, vai ser bem mais tranquilo trabalhar lá. Todas as vezes que inicio um atendimento é a mesma coisa. Para ajudar, os clientes sempre pedem para eu repetir. Como a minha voz é totalmente de mulher, eles acham que entenderam errado. (Gardênia)*

*O mais difícil foi no início, quando me chamavam daquele jeito. Agora, pelo menos, eu posso ser eu. É péssimo ser chamada por um nome que não é seu.” (Gérbera).*

Ao que tudo indica, não há razões concretas para a demora por parte das empresas de teleatendimento em permitir a utilização do nome social das transexuais. O fato é justificado somente pelo exagerado conservadorismo e pelo excesso de burocracia dessas empresas, que colocam suas regras acima do bem-estar e dos direitos dos trabalhadores.

Diante do exposto, parece-nos claro que o trabalho no teleatendimento representa uma possibilidade de colocação profissional para muitas mulheres transexuais apesar de lhes impor diversas dificuldades e sofrimentos. Trata-se de uma área repleta de problemas para todos os trabalhadores nela empregados e que, no caso das transexuais, parece ser ainda mais alarmante e, infelizmente, elas vislumbram poucas e difíceis oportunidades de mudança. Por esse motivo, parecem submeter-se muito mais às rígidas regras que permeiam essa atividade profissional.

### *3.2.2. O trabalho no mercado da beleza.*

Neste tópico, apresentamos outra forma de ocupação profissional das mulheres transexuais, que também apresenta inúmeros desafios e restrições, mas que parece permitir às transexuais exercer o trabalho com mais entusiasmo. Elas demonstram identificar-se com as atividades, evidenciando uma postura que indica que o trabalho é mais do que simplesmente uma forma de subsistência.

Assim, o objetivo desse tópico não é reforçar a visão estereotipada dos profissionais que lidam com a estética corporal que, já há algum tempo, possuem sua imagem associada à feminilidade e à homossexualidade. No entanto, não podemos deixar de frisar que, atualmente, essa é uma das áreas que possui maior e melhor aceitação da mão de obra das pessoas que fogem à heteronormatividade.

*Parece que todo mundo espera que travestis e transexuais seja puta ou cabeleireira e você sabe que é difícil mesmo sair desse lugar comum. Não que seja impossível a gente trabalhar em outros lugares, mas pode ter certeza que vai ser muito mais difícil, mas muito mais difícil mesmo... As empresas estão cheias de preconceitos e as portas delas ainda continuam fechadas para nós. (Begônia).*

Durante este estudo não foram poucas as transexuais que encontramos que exercem ou já exerceram alguma atividade profissional nas áreas relacionadas com a moda e a beleza: cabeleireiras, designers de moda, manicures, costureiras, maquiadoras, modelos e depiladoras, são alguns exemplos.

Assim como defendido por Begônia, a colocação das transexuais nesses postos de trabalho pode ocorrer por falta de oportunidade em outras áreas que possuem exigências mais rígidas quanto ao perfil dos trabalhadores, agindo, muitas vezes, de forma discriminatória na seleção. Entretanto, não podemos deixar de considerar que elas podem optar por essas profissões por sentirem uma maior identificação com o segmento:

*Ah, eu adoro o que faço! Até tenho vontade de fazer uma faculdade, mas acho que mesmo formada, vou continuar sendo cabeleireira. Sou boa nisso. É um luxo usar minhas mãos para ver minhas clientes ficarem lindas. (Hortência)*

Assim como Hortência, todas as cabeleireiras contatadas se declaram realizadas profissionalmente e satisfeitas com a remuneração que recebem por seu trabalho:

*Tem conhecida minha que fez faculdade e faz até MBA, trabalha o dia inteirinho, até de sábado e ganham R\$ 1.200,00 por mês. Eu consigo tirar bem mais do isso, não tenho chefe, trabalho menos e posso fazer o que gosto. (Hortência)*

Possivelmente, a atuação nessa área seja definida pela junção das duas hipóteses anteriormente citadas. Por um lado, a mulher transexual é atraída ao segmento pela identificação e interesse que possui por ele, visto que se trata de uma área que lida, prioritariamente, com elementos considerados femininos, ou seja, ela aproveita a oportunidade para ficar próxima de um ambiente muito valorizado por ela e que possuem elementos considerados próprios da sua identidade gênero. Além disso, a sua atuação nessa área é vista com mais naturalidade pela sociedade. Assim, está menos sujeita às discriminações e aos preconceitos que são muito mais intensos em outros campos de trabalho. O relato de Margarida evidencia essa suposição:

*Eu comecei fazendo o meu próprio cabelo, era menina ainda, queria estar sempre maravilhosa, sempre fui muito vaidosa. Algumas amigas pediam para fazer os delas. Aí, fui gostando e vi que seria mais fácil ganhar dinheiro com isso do que com outra coisa, além de poder estar sempre arrasando. Então, fiz um curso e comecei atendendo minhas clientes nas casas delas. Depois de algum tempo, abri meu salão e estou nele até hoje. Graças a Deus nunca precisei pedir emprego pra ninguém. (Margarida).*

Hortência, em sua fala, aborda a questão da aceitação e valorização social da mão de obra não heterossexual e feminina, que são predominantes na área da beleza:

*Antes de ter meu próprio salão, trabalhei como empregada num que fica em um bairro nobre de Campinas. O dono do salão insistia para eu usar o nome masculino, dizia que eu teria mais clientes. A mulherada chegava pedindo para fazer o cabelo com gays, já perdi clientes por isso. Nessa época, eu sabia que era trans e não homossexual e não aceitava mais usar o nome de registro. Mas eu sei que as clientes não tinham preconceitos com trans. Os homens homossexuais são mesmo os preferidos no salão, acho que a TV ajuda muito nisso. Pode reparar, toda celebridade tem uma biba cuidando do seu cabelo. Agora, no meu salão, é tranquilo. Sou uma mulher cabeleireira, a maioria das minhas clientes não sabe da minha história. (Hortência)*

Segundo Teles (2008), até a década de 60 do século XX, a profissão de cabeleireiro era desempenhada quase que exclusivamente por profissionais homens heterossexuais e com baixa escolaridade, que eram mais conhecidos como “barbeiros” e tinha como objetivo fundamental a higiene pessoal, através

do corte de cabelo, barba e bigode. Porém, após esse período, aconteceram profundas mudanças nos padrões de moda e beleza predominantes em nossa cultura e o exercício da profissão passou a exigir mais habilidade e qualificação técnica dos profissionais.

Coincidentemente, nesse período, borbulhavam os movimentos feministas e os movimentos em prol da diversidade sexual. Através de verdadeiras lutas sociais, que permanecem até hoje, houve um gradual avanço na conquista de direitos por parte dessa parcela da população, que passou a ocupar um maior espaço no mercado de trabalho. Obviamente, a questão não pode ser generalizada. Homossexuais, transexuais e mulheres começaram a desempenhar atividades profissionais em diversas áreas, porém, tiveram mais facilidade de acesso e demonstraram grande interesse pela área da beleza e moda. Desta forma, a profissão de cabeleireiro deixou de ser predominantemente masculina.

Atualmente, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o setor que mais cresce e gera empregos na economia brasileira é o de prestação de serviços, com destaque para a área de beleza. Diante da melhora na distribuição de renda e do grande culto que a sociedade presta à aparência física, cada vez mais esses profissionais são procurados por pessoas das mais diversas classes sociais, sinalizando que a demanda por essa mão de obra e as remunerações recebidas tendem a continuar crescendo.

No entanto, apesar do próspero e promissor cenário encontrado na economia brasileira e da identificação e satisfação das trabalhadoras da área, a rotina de trabalho nesse ambiente não é nada simples. Mussi (2005), ao realizar um estudo sobre a saúde das cabeleireiras, afirma que o cotidiano nos institutos de beleza apresenta diversos riscos à saúde física e psíquica das trabalhadoras.

Entre esses riscos pode-se destacar o grande contato com substâncias químicas utilizadas para a coloração, alisamento e relaxamento dos cabelos; a constante exposição a ruídos de secadores de cabelo e outros equipamentos eletrônicos; intensos e repetitivos movimentos com as mãos e braços; a ausência de ventilação adequada; os longos períodos em pé; a extensa jornada de trabalho, em especial aos finais de semana e a impossibilidade de realizar pausas durante o trabalho.

Apesar de não termos encontrado pesquisas científicas consistentes sobre a condição de trabalho de outros profissionais da área de beleza, podemos supor que, devido à utilização do mesmo espaço de trabalho e da rotina semelhante, as demais trabalhadoras dos institutos de beleza, como as manicures, as depiladoras e as massagistas, estão igualmente expostas a esses fatores de risco.

Acácia é um exemplo disso. Aos vinte e cinco anos de idade e atuando como manicure há doze anos, já foi acometida por diversos problemas de saúde, possivelmente, causados pelo exercício da sua profissão:

*No início eu tinha muita alergia dos esmaltes e da acetona. Dava muita dor de cabeça, espirro e tive até problema na pele. Depois que fiz um tratamento, melhorou e fiquei um tempo sem nada. Agora, não aguento de dor nas costas. Reduzi o ritmo, mas não posso parar de trabalhar, não sei fazer outra coisa.*

Acácia, assim como a maioria das trabalhadoras do setor, não tinha vínculo empregatício formal, atuava como autônoma e, conseqüentemente, não tinha direito à licença saúde. Após a intensificação das dores, resolveu começar a contribuir com a Previdência Social. Porém, aguarda o cumprimento do prazo oficial de carência – que é de um ano – para solicitar o benefício. Tal benefício é equivalente a um salário mínimo nacional, valor que corresponde a menos da metade do rendimento que obtinha quando estava trabalhando com saúde.

Os vínculos informais de trabalho são predominantes na área. Todavia, não são necessariamente sinônimos de precariedade, conforme defendido por Noronha (2003). O trabalho sem vínculo formal apresenta-se como uma possibilidade de trabalho que se abre diante de um mercado de trabalho dinâmico e complexo como o atual.

Algumas das profissionais que conversamos afirmaram ter aderido a algum tipo de seguro de vida ou previdência, pensando justamente em uma possível impossibilidade para trabalhar ou mesmo na futura aposentadoria.

Entretanto, a maioria exerce a profissão por anos sem se atentarem a essa questão, encontrando-se totalmente desprotegidas em caso de adoecimento ou acidente, sendo privadas de usufruir dos benefícios assegurados pela legislação trabalhista.

Apesar das ameaças à saúde e da instabilidade financeira que também afeta todos os trabalhadores do setor, as profissionais transexuais da área que foram ouvidas afirmam estar satisfeitas no desempenho de sua função. Apontam como pontos positivos de sua atuação a constante possibilidade de criatividade, a identificação com o trabalho e a valorização do intenso contato social que possuem.

### *3.2.3 O trabalho como prostituta*

Como essa pesquisa não tem como objetivo principal o estudo da prostituição, o tema é abordado apenas como uma das possibilidades de trabalho para as transexuais. Por isso, as polêmicas questões dos âmbitos sociais, jurídicos, culturais, políticos e morais envolvidas no assunto não serão aqui aprofundadas.

Iniciamos com uma breve discussão sobre os estigmas sociais que envolvem a prática e com a dificuldade que a maioria das transexuais pesquisadas demonstrou em assumir a atividade.

Foi com o trecho de uma musica da Rita Lee e uma grande gargalhada que Jasmim começou a falar de suas experiências pessoais e profissionais. Para ela, o fato da transexual ser confundida com travesti faz com que as pessoas associem a transexualidade com a prostituição:

*Eu não sou freira, nem sou puta... Eu quero viver como mulher, trabalhar, ter amigos e namorar quem eu quiser. Bem que queria batalhar a vida (se prostituir) para juntar a grana que preciso para a cirurgia, mas com esse negócio no meio das pernas é impossível. Mulher não tem ereção, esse pênis é um acidente, não consigo saciar as mariconas como fazem as travestis. Sabe como é, né? As pessoas me olham e imaginam coisas, ninguém dá trabalho para puta, por isso continuo desempregada.*  
(Jasmim)

Durante alguns anos Jasmim vendeu CDs e DVDs não originais nas ruas de uma cidade da grande São Paulo. Atividade que considera muito desgastante, pouco lucrativa e que abandonou após ter sido vítima de violência física no início do ano de 2011:

*Eu tinha montado a banquinha em frente de um açougue, era início da noite, passou um cara e me chamou de viado. Como não tenho sangue de barata e sou bocuda, falei que viado era o pai dele. Ele voltou e me deu um soco, cai e ele começou a me chutar. Alguém gritou para ele parar, ele parou e disse que voltaria e me mataria. Fiquei com medo e não quis mais trabalhar na rua.*

Desde então, Jasmim não exerce mais atividade remunerada, mudou-se para outro estado, mora com a irmã e dois sobrinhos. Ela cuida das crianças para a irmã trabalhar como garçoneiro em troca de abrigo e comida, apesar de demonstrar grande afeto pelos sobrinhos revela que a relação não é tão harmoniosa, pois a irmã considera que o fato dela ser transexual pode ser uma influência negativa para os seus filhos, por isso, a repreende constantemente. Em uma fala reflexiva, ela diz: *"fico pensando: se meus parentes não me aceitam, acham que sou vagabunda, como as pessoas de fora vão me aceitar? Isso me deixa muito desanimada..."*

Apesar de Jasmim nunca ter atuado como profissional do sexo, a violência e os preconceitos por ela sofridos revelam os riscos que uma transexual pode estar exposta. Sua história pode nos remeter para as reflexões de Goffman (1982) sobre como os estigmas intervêm nas interações sociais, principalmente nas relações entre os indivíduos tidos como "normais" com os sujeitos que apresentam visivelmente alguma característica considerada indesejável. Esses

sujeitos foram denominados pelo próprio Goffman como “desacreditados” e a narrativa de Jasmim revela claramente esse predicado.

Depois de entregar alguns currículos e participar de entrevistas de emprego, ela perdeu as esperanças e apresenta sinais de estar totalmente desacreditada pela família, pela sociedade e até por ela própria: *“como diz uma conhecida: ‘meu currículo não lava nem privada’ e pior que nem mesmo para me prostituir eu presto.”*

Entretanto, o fato de a transexual rejeitar a prostituição não é uma regra, assim como é impossível afirmar que toda travesti se prostitui. Garcia (2007) afirma que a prostituição se tornou um elemento definidor da identidade travesti devido ao fato da elevada frequência com que esse grupo lança mão dessa atividade para garantir a sua sobrevivência. “Certamente, o maior problema para essas pessoas é de ordem social e está nas ‘armadilhas essencialistas’ que reduzem a figura da prostituta a sua ocupação, caracterizando-a como uma “espécie” diferente de ser humano” (Garcia 2007, p. 106). A vulnerabilidade social, a falta de oportunidade em outras áreas e também o prazer de serem desejadas como mulheres atraem travestis e transexuais para atuarem como profissionais do sexo. Porém, juntamente com o dinheiro rápido, elas ficam expostas aos altos riscos que envolvem a área.

Foi possível verificar que a grande maioria das transexuais que mantivemos contato declara que realizam ou realizaram programas sexuais deseja viver o estereótipo da mulher comum. Algumas narraram suas

experiências na prostituição, mas, em geral, encaram ou encararam a atividade como algo transitório:

*É uma fase da minha vida que eu prefiro nem lembrar muito, não que não gostava da rua, mas, hoje, não tem nada a ver com o que eu vivo e desejo para a minha vida.*  
(Angélica, 28 anos, , supervisora de teleatendimento.)

*Não é um dinheiro que vem fácil. É um dinheiro que vem rápido, mas é cada coisa que a gente tem que passar, ninguém merece...* (Orquídea, 31 anos, maquiadora)

*Se não fosse a prostituição, não teria colocado o silicone, nem poderia ter as coisas que tenho hoje. Mas quero juntar o dinheiro da cirurgia e mudar de vida.*  
(Violeta, 24 anos, se prostitui a 5 anos)

Angélica e Orquídea viveram como trabalhadoras do sexo por dois e três anos respectivamente e, como pode ser verificado em seus discursos, não se orgulham dessa fase de suas vidas e afirmam que a atividade não condiz com seus projetos de vida de possuírem família e estabilidade profissional. Da

mesma forma, Violeta, que ainda realiza programas, sonha em dar um rumo diferente a sua vida, mas admite:

*“É bom ser desejada, perceber os homens me cobiçando, virando o pescoço quando eu passo, mexendo comigo na rua e enlouquecendo na cama. Não posso negar que sinto prazer no que faço”. (Violeta)*

Além do desejo de se enquadrarem às normas sociais, que desvalorizam a prostituição e valoriza o esteriótipo da mulher dedicada à família, podemos deduzir que há uma influencia do Biopoder (Foucault, 1976/2003) sobre a regularização dos corpos e dos discursos que envolvem as atividades profissionais das transexuais. O fato de a medicina impor como condição para o diagnóstico da “verdadeira transexualidade” a rejeição e a não utilização dos órgãos genitais, juntamente com o objetivo das transexuais de, a partir desse diagnóstico, conseguir realizar a cirurgia de readequação genital, podem ser responsáveis pelo discurso de que a prostituição é apenas uma atividade transitória e indesejada por elas.

Importante destacar também que, no Brasil, apesar da prática ocorrer frequentemente em todas as regiões, somente no ano de 2002, a prostituição passou a ser considerada uma profissão pelo Ministério do Trabalho, que após

muitas reivindicações e um longo debate, a incluiu na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO).

No entanto, o próprio Ministério do Trabalho prevê nas condições gerais de exercício que as prostitutas:

Trabalham por conta própria, na rua, em bares, boates, hotéis, porto, rodovias e em garimpos. Atuam em ambientes a céu aberto, fechados e em veículos, em horários irregulares. No exercício de algumas das atividades podem estar expostas à inalação de gases de veículos, a intempéries, a poluição sonora e a discriminação social. Há ainda riscos de contágios de DST, e maus-tratos, violência de rua e morte. (Ministério do trabalho, 2008).

Esse trecho revela os riscos e as difíceis condições de trabalho às quais as prostitutas estão expostas cotidianamente. Nesse sentido, em nosso campo-tema, diversas transexuais, que além desses riscos estão expostas aos preconceitos por romperem as normas de gênero, relataram experiência de humilhação verbal e violência física. Afirmaram, muitas vezes, cederem aos parceiros que se recusaram a utilizar preservativo, sentindo o risco de serem contaminadas por doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a AIDS e, outras vezes, devido à sua condição financeira, não puderam recusar parceiros que as desagradavam ou estava visivelmente drogados ou bêbados.

Entretanto, não podemos deixar de considerar que cada transexual possui uma vivência singular e tem diferentes posicionamentos perante a vida,

o mercado de trabalho e a sociedade. Algumas afirmam que a prostituição se apresenta como a única possibilidade e a exerce como forma de sobrevivência. Para outras, no entanto, é uma prática impensável e, para um terceiro grupo, é a forma encontrada para desempenhar uma atividade remunerada que garanta satisfação e sentido para a sua existência.

### 3.3. Trabalho, preconceito e negociações cotidianas.

Neste tópico, buscamos, à luz das bases teóricas dessa dissertação, sistematizar alguns dos principais achados da vivência cotidiana das mulheres transexuais, focalizando especialmente aquelas que estão relacionadas ao trabalho.

Ao considerarmos a vida cotidiana das transexuais, pareceu-nos evidente que a comum postura existente em nossa sociedade de tomar posicionamento moral frente ao que é diferente, baseando-se em falsos juízos de valores e no comodismo (Heller, 2000), imprime à trajetória de vida dessas mulheres inúmeros preconceitos e discriminações nos mais diversos ambientes.

No entanto, ao observamos a sua colocação profissional, principalmente nas funções de operadora de telemarketing, cabeleireira e prostituta percebemos que a realidade de preconceitos não as coloca numa postura apática perante a vida. Certamente o fato de elas subverterem a linearidade entre corpo, sexo, gênero e desejo (Butler, 2003) faz com que haja a tentativa

de exclusão das transexuais nos mais diversos contextos. Porém, foi possível perceber que a maioria delas vive um cotidiano de constantes negociações e tentativas de aproximação com as normas sociais, buscando, assim, amenizar os efeitos dos preconceitos e obterem a sensação de maior pertencimento social.

Desta forma, é possível afirmar que as transexuais estabelecem uma oposição ao binarismo sexo-gênero sem, na maioria das vezes, deixar de praticar uma submissão às normas de gênero e de trabalho existentes, pois essas podem ser consideradas facilitadoras da inserção social e contribuem significativamente com o sentimento de realização do indivíduo. Neste sentido, Aran e Peixoto Junior (2007) ao analisar a obra da Butler afirmam que “o sujeito gendrado só passa a existir na medida de sua própria sujeição às regulações” (p. 132), sugerindo que as normas de gênero têm efeitos na constituição da subjetividade e da identidade e isso não é diferente com as transexuais. Da mesma forma, há a busca pelo enquadramento nas regras que cercam o mundo do trabalho em nossa sociedade.

Em outra perspectiva, podemos considerar que as constantes negociações das transexuais com as normas sociais nos remetem ao conceito de “*footing*” ou “*alinhamento*” de Goffman (1982), que indica o processo dinâmico de interação do indivíduo, por meio de sua postura, projeção pessoal, ou posicionamento na relação com os outros, consigo próprio e com o discurso em construção. Para esse autor, o indivíduo estigmatizado é impelido a buscar a aproximação da “normalidade”, a autoaceitação e a aceitação da sociedade. Dessa maneira, se, de um lado, a prática de alinhamento às normas pode ser

positiva ao dar condições de enfrentamento para o indivíduo estigmatizado, por outro, pode ser perigosa por poder gerar uma falsa sensação de aceitação e inclusão do indivíduo.

Não podemos perder de vista que, segundo o próprio Goffman (1982), a estigmatização é um dos fundamentais elementos na política de construção das identidades, marcando uma distribuição hierarquizada de poder na sociedade em que o “normal” é representado como sendo superior aos estigmatizados.

Benelli & Costa-Rosa (2003) apontam que, apesar de não se poder negar as diferenças e distâncias entre Erving Goffman e Michel Foucault e as especificidades das suas obras, ao analisar atentamente os escritos sobre os indivíduos, as instituições e a produção do poder de cada um desses autores percebe-se que há uma grande ressonância entre eles. Após refletirem sobre a geografia do poder em Goffman, considerando “elementos foucaultianos” tais como: vigilância e resistência, dominação e produção de subjetividade esses autores afirmam:

...Ora, por mais que se negue, descarte o sujeito, ele persiste teimosamente em aparecer e tumultuar o ambiente, resiste ao próprio alijamento da cena institucional: manifesta-se nas disfunções e falhas que acometem as práticas microfísicas no contexto do estabelecimento. Ou como diz Goffman (1987, p. 259), nas “fendas”. (Benelli & Costa-Rosa 2003 p. 48.)

Ou ainda, como afirmam Aran e Peixoto Junior (2007), se o gênero é uma norma, ele também pode ser fonte de resistência. Não há dúvidas de que as transexuais tumultuam ao questionarem e subverterem a ordem compulsória do binômio sexo e gênero. Porém, através da presente pesquisa foi possível verificar também que, para muitas transexuais, mais conveniente do que constantemente “tumultuar o ambiente” é buscar construir uma identidade que se enquadre e seja aceita socialmente.

Por esse motivo, muitas delas manifestam o desejo de viverem como “mulheres biológicas”. Querem realizar a cirurgia de readequação das genitálias, trocarem os nomes e não mais se assumirem como transexuais. Aliás, algumas manifestam o desejo de “apagar” seu passado, recomeçando suas vidas em um lugar que possam viver tranquilamente, sem terem a sua feminilidade questionada.

Algumas entrevistadas afirmaram que consideram que essa postura adotada por muitas transexuais é negativa, pois diminui a visibilidade dos sofrimentos experimentados e reduz a força da militância e das reivindicações para o grupo. Exemplo disso é o depoimento de Iris, participante de um grupo de transexuais:

*Aqui no grupo tem apenas uma transexual operada e com o nome alterado. As outras que conseguiram deram no pé. Foram viver a vida delas como mulheres e se esqueceram da gente. Acho que falta união, falta olhar para aquelas que*

*ainda não conseguiram e continuar lutando, ajudando. Vou fazer diferente quando eu mudar o nome e estiver operada.*

*(Iris)*

Mas esse não é um posicionamento unânime nem mesmo entre as mulheres que participam do mesmo grupo de Iris. Hortência e Gérbera, por exemplo, têm uma visão diferente:

*Eu acho que as meninas que operaram e sumiram estão certas. Acho que eu farei o mesmo, quando estiver me sentindo 100% mulher. Não tem porque eu continuar vindo aqui. Quero começar uma vida nova em outro lugar. Pra que ficar falando que não nasceu mulher se você se sente mulher, só para continuar sofrendo preconceitos por ai?*  
*(Hortência).*

*Um dia, tudo o que vou querer é passar despercebida, ter uma vida normal, sem ter que ser olhada como se fosse uma extraterrestre. (Gérbera)*

A postura de se afastarem dos contextos nos quais as transexuais podem ser reconhecidas, a decisão de adotar o máximo possível de elementos

considerados femininos no cotidiano, inclusive na atividade profissional e a vontade de terem uma vida discreta e comum são tentativas de deixarem de ser consideradas “diferentes” e “anormais” e, dessa forma, aproximarem-se das normas sociais buscando driblar os preconceitos existentes. Essa postura, apesar de poder ser considerada cômoda, pouco política e de não impor resistência aos padrões de gênero, é uma forma encontrada pelas transexuais para se sentirem em conformidade com as normas sociais e amenizarem os desafios vivenciados em suas vidas cotidianas.

As transexuais que se prostituem – e, portanto, vivenciam um duplo preconceito – deixam esse desejo de terem uma vida considerada “normal” ainda mais evidente, ao, na maioria das vezes, não assumirem satisfação em sua profissão e afirmarem que a exerce por falta de melhor oportunidade em outras áreas e que sonham em deixar a prostituição e terem uma atividade que seja mais aceita socialmente.

Em muitos relatos podemos perceber que o fato de exercerem uma atividade considerada feminina é motivo de prazer e alegria. Jasmim, por exemplo, que, aparentemente, vive uma vida limitada na casa da irmã e uma história marcada por sofrimentos, poderia nos levar à conclusão precipitada que se trata uma pessoa estagnada e totalmente vitimizada. Porém, basta conversar atentamente com ela para perceber que, de alguma forma, ela encontra satisfação em suas atividades cotidianas:

*Minha vida hoje é essas crianças, adoro quando, no parque, as pessoas falam que eu sou mãe delas. Para mim, é uma grande conquista. Elas me respeitam e são carinhosas comigo, acho que sou muito mais mãe delas do que minha irmã (Jasmim).*

Através deste relato podemos verificar que, por meio do afeto e dos cuidados com os sobrinhos, Jasmim encontrou a oportunidade de se enquadrar ao que é considerado socialmente como um padrão feminino, demonstrando satisfação e dando sentido à suas atividades cotidianas, apesar dos inúmeros desafios que a cerca.

Igualmente, muitas das trabalhadoras do setor de Call Center que foram ouvidas durante a pesquisa, mesmo possuindo uma rotina de controle, trabalho monótono e, muitas vezes, sofrerem humilhações no ambiente de trabalho, se dizem felizes por terem uma ocupação formal. Até mesmo para Gardênia, que apresenta visíveis sinais de desgaste mental provocado pelas vivências profissionais, o fato de possuir vínculo de emprego formal e salário mensal é considerado por ela uma grande conquista e representa a esperança de uma maior aceitação social:

*O que me dá forças para continuar é saber que hoje tenho carteira assinada, coisa que eu achei que não ia conseguir nunca, é ver meu dinheiro ajudando nas*

*despesas da casa e saber que não sou uma imprestável.  
(Gardênia).*

Para ter acesso a uma atividade de trabalho e ao possível reconhecimento que isso representa, Gardênia se sujeita, além das precariedades existentes para todos os trabalhadores, à difícil tarefa de usar constantemente um nome masculino no ambiente de trabalho. Como vimos isso é motivo de grande incomodo, porém, muitas vezes é a única alternativa para que possam exercer a atividade profissional. Muitas, ainda, vão além, adotando, mesmo que temporariamente, todo o comportamento e estereótipo masculino em troca da formação acadêmica e inserção profissional.

Da mesma forma, as que atuam como profissionais da beleza, frequentemente, relatam que estão realizadas profissionalmente por exercerem uma função considerada feminina e por estarem em constante contato com elementos do gênero com o qual se identificam.

Vale ressaltar que consideramos que a constatação de que as mulheres transexuais encontram satisfação na sua atividade laboral não nos deve levar a uma visão que naturaliza os preconceitos e mazelas existentes no mundo do trabalho. Tampouco, devemos aceitar as situações de trabalho que não ofereçam condições propícias e saudáveis para todos os trabalhadores. Todavia, elas servem para indicar que, mesmo enquanto não há uma aceitação das diferentes identidades de gênero e continua existindo grandes explorações nos ambientes de trabalho, as mulheres transexuais conseguem encontrar em

sua vida cotidiana formas para obterem sentido para a sua existência, indicando para a tendência de superação existente no ser humano.

Desta forma, o enfrentamento da discriminação social e a inserção no mercado de trabalho poderiam ser considerados importantes formas para alcançarem a satisfação pessoal e o reconhecimento social, através da aproximação das normas sociais. Daí a importância dada ao registro na carteira profissional e a busca prioritária pelas colocações consideradas femininas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esse estudo com o objetivo de analisar os impactos impostos pelas dificuldades experimentadas no mercado de trabalho sobre a vida cotidiana de mulheres transexuais. Partimos da hipótese de que se trata de um contexto marcado por preconceitos e discriminações que geram grandes sofrimentos e dificuldades na vida dessas mulheres.

A metodologia do “campo-tema” permitiu que, desde o início da pesquisa, houvesse uma grande aproximação ao assunto estudado. Isso nos deu a possibilidade de realizar a tentativa de uma compreensão empática da vivência cotidiana, dos sentimentos experimentados e dos sentidos conferidos pelas transexuais aos desafios encontrados não apenas ao que se refere à vivência profissional e, sim, a toda trajetória de suas vidas.

Através do caminho percorrido durante o estudo, foi possível perceber a intensa relação entre pesquisadora e pesquisados na busca pela atribuição de sentidos que colaborem com a compreensão da realidade. Relação essa que deixou claro o que Spink (2003) chama de “tumulto conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades” (p. 36).

Diversos foram os questionamentos e as angústias experimentadas durante o processo de pesquisa: O que é ser mulher? O que é ser homem? Como todos nós estamos submetidos às normas sociais de gênero? O que fazemos diariamente para estar em conformidade com essas normas? Qual o real papel do trabalho na vida do ser humano? O que estamos dispostos a

fazer para ocupar uma vaga de trabalho? Como é possível encontrar sentido em uma existência marcada por exclusão e hostilidades? Qual tem sido o papel da Psicologia na construção da compreensão social da transexualidade? Como apoiar e contribuir para a aceitação das transexuais pelo mundo do trabalho e pela sociedade? Muitas outras perguntas e aflições nos revelaram a enorme complexidade do tema estudado.

Ficamos inquietas ao perceber que as transexuais incomodam e sofrem discriminação nos diversos contextos, inclusive no trabalho, porque não respeitam as regras de gênero, porque agem de forma diferente e, principalmente, porque, ao não medirem esforços para se aproximarem aos estereótipos do gênero feminino, evidenciam, além da capacidade humana de se reinventar cotidianamente, a realidade discursiva das normas de gênero. Ou seja, sua existência deixa explícito que ser mulher não é mais do que um ato meramente imitativo (Butler, 2003).

Verificamos que estávamos certas quanto às dificuldades para acessar o mercado de trabalho. Dificuldades que acompanham as transexuais em toda a sua vida, em geral, se iniciam muito cedo no convívio familiar, se intensificam no ambiente escolar e é muito impactante na vida profissional. Porém, nos surpreendemos com a postura das transexuais perante aos problemas encontrados. Elas não se portam apenas como vítimas de uma sociedade cruel e excludente, os preconceitos não as paralisam. Pelo contrário, parecem estimulá-las a buscar espaço para expressar a sua identidade de gênero ou a

encontrar formas de se aproximarem das normas e, desta forma, serem mais aceitas e realizadas.

Essas constatações e reflexões nos remeteram à famosa frase do existencialismo: *“O essencial não é aquilo que se fez do ser humano, mas sim aquilo que ele fez daquilo que fizeram dele”* (Sartre 1952, p. 55). Apesar das transexuais estarem cercadas de uma realidade que visa a limitar suas ações, elas não agem de forma passiva e acomodada. Pelo contrário, estão constantemente dispostas a fazerem alguma coisa com os estigmas que receberam, mesmo que seja simplesmente lutar para mostrar que, de alguma maneira, correspondem às expectativas da sociedade.

Desta forma, não há como apresentar uma conclusão sobre a inserção da mulher transexual no mundo de trabalho, visto que, no decorrer da pesquisa, ficou claro que, apesar de vivenciarem os mesmos preconceitos, cada uma responde e se posiciona de uma maneira diferente, encontrando um sentido próprio para a sua vivência.

Considerando esses aspectos, avaliamos que é importante terminar este trabalho com uma reflexão sobre o papel da Psicologia, enquanto ciência e profissão no que se refere ao assunto. Não podemos deixar de considerar que, na história, ela tem contribuído para a exclusão das pessoas transexuais de diversas formas, entre elas consideramos as seguintes mais evidentes:

1. Apóia a visão patologizante da transexualidade: diversos Psicólogos clínicos são responsáveis pela emissão de laudos que atestam a condição patológica das transexuais. No atual cenário, isso

se faz necessário para dar condições às transexuais de acessarem a cirurgia no sistema público de saúde brasileiro. Porém, consideramos que se faz necessária uma visão mais crítica nessa atuação, objetivando diminuir o pacto com o saber médico que considera, essencialmente, os fatores biológicos da transexualidade.

2. Omissão nas questões relacionadas às condições de gênero: no meio acadêmico, há uma escassez de estudos científicos sobre a transexualidade com o enfoque da psicologia. Nos cursos de graduação de Psicologia, não há discussões consistentes e críticas sobre as normas de gênero e nossas universidades continuam formando psicólogos com visão pragmática, rígida e poucos preparados para lidar com o assunto.

3. Compactua com a discriminação no mercado de trabalho: o psicólogo que atua nas organizações são os grandes responsáveis pela seleção de pessoal e, geralmente, aceita sem questionar a imposição das empresas quanto ao “perfil” que os candidatos devem ter para serem contratados e, muitas vezes, há um filtro baseado na identidade de gênero e orientação sexual.

Acreditamos que a Psicologia pode ter um papel muito mais efetivo no combate ao preconceito e no auxílio às mulheres transexuais para que elas sofram menos diante de suas experiências cotidianas e encontrem mais facilidade para acessarem os diversos ambientes profissionais.

Martin-Baró (1996), ao escrever sobre o papel do psicólogo na sociedade latino americana, afirma que o objetivo da atuação desse profissional, em qualquer área que seja, deve ser, em primeiro lugar, o de colaborar no processo de conscientização. Dessa forma, é extremamente relevante para a sociedade e, principalmente, para os indivíduos transexuais, que o trabalho do psicólogo relacionado às questões de gênero busque romper com os paradigmas, contribua com a emancipação e questione as normas e ideologias que oprimem e contribuem para a manutenção do ciclo de discriminação, exclusão e sofrimento.

Assim, diante da escassez de trabalhos que abordem a vivência cotidiana das mulheres transexuais e a sua colocação social, com este estudo, esperamos ter dado uma contribuição, ainda que modesta, para que a realidade desse grupo seja mais conhecida e respeitada socialmente. Esperamos também contribuir para que a Psicologia possa ter um posicionamento mais crítico e atuante com relação a essa temática.

## REFERÊNCIAS

- Aran, M. & Peixoto Junior, C. A. (2007). *Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler [versão eletrônica]*. Cad. Pagu [online]. 28, 129-147 .
- Badinter, E (1993). *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Benelli, S. J. & Costa-Rosa, A. (2003). *Geografia do poder em Goffman: vigilância e resistência, dominação e produção de subjetividade no hospital psiquiátrico*. Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v. 20 (2), 35-44
- Bento, B. (2006). *A (re)invenção da transexualidade: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bento, B. (2011). *Na escola se aprende que a diferença faz a diferença*. Revista Estudos Feministas, 19 (2), 548-559.
- Berlant, I. E & Warner, M. (2002). *Sexo em Público*. In: Jiménez, R. M. M. (Ed.) *Sexualidades Transgressoras*. Barcelona: Içaria.
- Bernardo, M. H. (2009). *Discurso flexível, trabalho duro: o contraste entre a vivência de trabalhadores e o discurso de gestão empresarial*. São Paulo: Expressão Popular.
- Bernardo, M. H., Capoulade, F.; Büll, S. (2011) *Trabalho e saúde mental: repercussões das formas de precariedade objetiva e subjetiva*. Arquivos Brasileiros de Psicologia (UFRJ. 2003), 63, 83-93.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional De Combate à Discriminação (2004). *Brasil sem homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção à Cidadania Homossexual*.
- Brasil, Ministério da Educação. Portaria nº 1.612, de 18 de novembro de 2011. Diário Oficial União. Brasília, 21 nov. 2011.
- Braverman, H. (1974) *Trabalho e capital monopolista* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Butler J. (1997) *The psychic life of power – theories in subjection*. California: Stanford University Press.
- Butler J. (2003) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2007) *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: *O Corpo Educado – Pedagogias da sexualidade*. p.153-172. Belo Horizonte: Autêntica.
- Chaves, A. (1994). *Direito à vida e ao próprio corpo*. São Paulo: Tribunais.
- Coutinho, M.C.K. e Soares, D.H.P. (2007). *Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis*. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre.
- Denzin, n. & Lincoln Y.S. (1998) *The Landscape of Qualitative Research*, L. London: Sage.
- DSM-IV (1995). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Porto Alegre: Artes Médica
- Duque, T. (2011) *Montagens e desmontagens - desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*. São Paulo: Annablume

- Flick, U.(2004) *An introduction qualitative research*. London: Bookman.
- Fortino S. (2010) *Precarização objectiva, precarização subjectiva e gênero: rumo a um novo questionamento da autonomia das mulheres*. Centre de Recherches Sociologiques Et Politiques de Paris (Cresppa) - Comunicação no seminário internacional “Organização e condições do trabalho moderno: emprego, desemprego e precarização do trabalho” Faculdade de Educação da Unicamp (Brasil) 13 setembro de 2010.
- Foucault, M. (1997) *Microfísica do Poder*. 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1
- Foucault, M. (1976/2003) *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. 15ª edição Rio de Janeiro: Grall.
- Garcia, M. R. V. (2007). *Dragões: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda*. Tese de doutorado Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo – São Paulo – SP.
- Geertz, C. (1989) *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara
- Goffman, E. (1982). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Goffman, E. (1987) *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- González Rey, F.(1999) *La investigación cualitativa en Psicología: rumbos y desafios*. São Paulo: Educ.
- Heller, A. (2000). *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hine, C. (2000) *Virtual Ethnography*. London: Sage.

- Hirata, H. (1986), "Brésil: salarisation des femmes et pouvoirs patriarcaux". Cahiers de l'Atelier Production-Reproduction, n. 6/23-24
- Hodja, M. S. (1982) *Mudança de sexo: causas e consequências, Intersexualidade e transexualidade*. Revista do IMESC, n. 3.
- Junqueira, R. D. (2009). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, UNESCO.
- Le figaro, (2010). *Transsexuels: inquiétude pour les soins*. Publicado em 14/02/2010 <http://www.lefigaro.fr/flash-actu/2010/02/14/01011-20100214FILWWW00104-les-transsexuels-inquiets-pour-leurs-soins.php>
- Lionço, T; DINIZ, D. (2009). *Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres. EdUnB.
- Louro, G.L. (1997) *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes
- Louro, G. L. (2001). *Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação*. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 2
- Martin-Baró, I. *O papel do psicólogo*. Estudos de Psicologia, Natal, n. 1, v. 2, p. 07-27, 1996.
- Marx, K. (1844-1993). *O trabalho alienado em Economia política e filosofia*. Rio de Janeiro: Melso.
- Minayo, M.C. (1994). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec-Abrasco.
- Ministério do Trabalho e Emprego (2008). CBO (Classificação Brasileira de

Ocupações) - Profissionais do sexo. Disponível em:  
<<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5198>>

Acessado em 30 de agosto de 2012.

Murta, D. A (2007). *A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero sobre as práticas de saúde*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Mussi, G. (2005) *Prevalência de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT) em Profissionais Cabeleireiras de Institutos de Beleza de dois Distritos da cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências) - Departamento de Ciências da Faculdade de Medicina. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Nogueira, C. M. (2006) *O Trabalho Duplicado, a divisão sexual no trabalho e na reprodução – um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular

Noronha, E. G (2003). "*Informal*", *ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil*. Revista brasileira de Ciências Sociais v.18 n. 53, São Paulo.

Organização Mundial de Saúde (1993). *Classificação de transtornos mentais e de comportamento: CID-10*. Porto Alegre: Artes Médicas

Ozella, S.; Aguiar, W. M. (2008) *Desmistificando a concepção de adolescência*. Caderno de Pesquisa v.38 n. 133. São Paulo.

Partridge, B. (2003) *A História das orgias*. Tradução Leonel Cândido Silva Phêbo. Lisboa: Século XXI.

- Patto, M. H. S. (1993). *O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação*. *Revista de Ciências Sociais*, v. 16, São Paulo.
- Patto, M.H.S. (2007) "Escolas cheias, cadeias vazias" nota sobre as raízes ideológicas do pensamento educacional brasileiro. *Estud. av.* , São Paulo, v. 21, n. 61,
- Prochno, C. C. S. C.; e Rocha, R. M. G.. *O jogo do nome nas subjetividades travestis*. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 23, n. 2, Aug. 2011 .
- Ramsey, G. (1996). *Transexuais: perguntas e respostas*. São Paulo: GLS.
- Rockwell, E. (1986) *Etnografia e a Teoria na Pesquisa Educacional*. In Ezpeleta, J. & Rockwell, E. *Pesquisa Participante* (pp.38-43). São Paulo: Cortez.
- Sartre. J. P. (1952) *Saint Genet: Comédien et Martyr*. Paris: Gallimard.
- Sato, L. e Souza, M.P.R. (2001) Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, v.12, n.2.
- Sawaia, B. (2000). *Identidade - Uma ideologia separatista*. In Sawaia, B. (Org), *As artimanhas da exclusão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Scott, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. *Educação e Realidade*, v.20.
- Segnini, L.R.P. (2000) Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. *rev. São Paulo em Perspectiva*, 14.
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortês.

- Silva, J. A. .(2008) O Olhar da religiões sobre sexualidade. Disponível em:[www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/728-4](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/728-4).  
df . Acesso em 06/03/2012.
- Silveira, E. M. C. (2006). *De tudo fica um pouco: a construção social da identidade do transexual*. Tese de doutorado Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Spink, P. K. (2003). *Pesquisa de Campo em Psicologia Social: Uma Perspectiva Pós-Constructivista*. *Psicologia e Sociedade*, v.15, n. 2.
- Spink, P. K. ( 2008) *O pesquisador conversador no cotidiano*. *Psicologia e Sociedade* v.20. Porto Alegre.
- Teles, E. L . (2008) "*Cabelo, barba e bigode*": *Memória dos barbeiros em Sergipe (1960-2007)*. *Revista Eletrônica Ponta de Lança: História, Memória & Cultura*, v. 2.
- Venco, B. Selma (2006). *Tempos moderníssimos nas engrenagens do telemarketing*. Tese (Doutorado). Campinas, Unicamp.

**Sites visitados:**

[www.abglt.org.br/](http://www.abglt.org.br/)

<https://www.caged.gov.br/>

<http://www.ftmbrasil.org>

[portal.mte.gov.br/caged/](http://portal.mte.gov.br/caged/)

<http://www.paradasp.org.br>

[www.ipea.gov.br/](http://www.ipea.gov.br/)

## **ANEXOS:**

### ***Anexo 1***

#### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Meu nome é Heloisa Aparecida de Souza, sou estudante de mestrado da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC) e pretendo realizar uma pesquisa sobre a colocação profissional de pessoas que se considerem transexuais. **O objetivo do estudo é analisar como se dá a inserção de transexuais no mercado de trabalho formal e informal, buscando identificar os impactos da vida laboral (ou ausência dela) sobre a sua vida. O estudo será realizado através da observação da vivência do cotidiano de pessoas transexuais e de entrevistas. Sua participação consiste em conversar com a pesquisadora relatando sua história de vida, conversa esta que poderá ou não ser gravada, de acordo com seu consentimento. Àquele que se propor a participar da pesquisa é garantido:**

- Sigilo total sobre tudo o que for dito, os resultados obtidos serão utilizados tão somente para fins de pesquisa acadêmica e serão comunicados de forma a não identificar quem os forneceu apenas em eventos e comunicações acadêmicas;
- Participação voluntária e direito a interrompê-la em qualquer momento de seu desenvolvimento sem prejuízo algum;
- Nenhum custo e nenhum ganho financeiro ou acadêmico;

**Este trabalho poderá representar oportunidade para que os diversos segmentos da sociedade que tiverem acesso à pesquisa reflitam sobre a exclusão e os preconceitos contras as minorias sexuais no mercado de trabalho.**

A pesquisadora informa que se coloca inteiramente a disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas surgidas com a participação.

Atenciosamente agradecemos sua colaboração e nos colocamos à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas

Mestranda :*Heloisa Aparecida de Souza*, fone : (19) 9267-3173

e-mail: [heloisa\\_apsouza@yahoo.com.br](mailto:heloisa_apsouza@yahoo.com.br)

Orientadora: *Profa. Dra. Márcia Hespanhol Bernardo*

Programa de Pós-graduação Stricto Senso em Psicologia da Puc- Campinas  
Centro de Ciências da Vida - Pontifícia Universidade Católica de Campinas **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC Campinas: Rod. Dom Pedro I, Km 136 – Parque das Universidades – Campinas – SP – Cep: 13086-900 – Telefone/fax: (19) 3343-6777. E-mail: [comitedeetica@puc-campinas.edu.br](mailto:comitedeetica@puc-campinas.edu.br).**

Compreendendo os objetivos da pesquisa:	<b>Transexualidade:</b>
<b>Os desafios do trabalho na vida cotidiana.,</b>	
eu, _____, com o R.G. de nº _____, na qualidade de transexual, concordo em participar do estudo, ciente que poderei retirar meu consentimento em qualquer momento, excluindo minhas informações do conjunto de dados. Data ...../...../.....	
_____	_____
Heloisa A. de Souza (mestranda)	Participante

## Anexo 2: Mulheres que aparecem na análise dos dados:

NOME	IDADE	RESIDENTE	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	COMO FOI LOCALIZADA
Acácia	25	Natal - RN	Fundamental incompleto	Manicure	Site de relacionamento
Angélica	28	Ribeirão Preto - SP	Médio completo	supervisora de teleatendimento	Site de relacionamento
Begônia	45	Porto Alegre - RS	Médio incompleto	Cabeleireira	Site de relacionamento
Bromélia	20	Vinhedo - SP	Médio incompleto	dona de casa	Site de relacionamento
Dália	34	São Paulo - SP	Superior completo	Analista de sistema	Grupo transexuais
Gardênia	31	Niterói - RJ	Médio completo	Teleatendente	Indicação
Gérbera	21	Hortolândia - SP	Médio incompleto	Teleatendente	Grupo transexuais
Hortência	35	Campinas - SP	Médio completo	Cabeleireira	Salão de beleza
Iris	24	Campinas - SP	Médio incompleto	Teleatendente	Grupo transexuais
Jasmim	22	Pouso Alegre - MG	Fundamental incompleto	Cuidadora de crianças	Indicação
Margarida	27	São Paulo - SP	fundamental completo	Cabeleireira	Indicação
Rosa	28	Campinas - SP	Médio completo	Vendedora	Grupo transexuais
Violeta	24	Brasília - DF	Fundamental Incompleto	Profissional do sexo	Site de Prostituição